

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CRISTIANE LINS DA ROSA DIONÍZIO

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS
DE EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA
A LUZ DO CPC 04 (R1)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2016**

CRISTIANE LINS DA ROSA DIONÍZIO

**EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS
DE EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA
A LUZ DO CPC 04 (R1)**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção de nota para a aprovação na disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco.

Orientadora: Prof. Msc. Luciane Dagostini

**PATO BRANCO
2016**



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

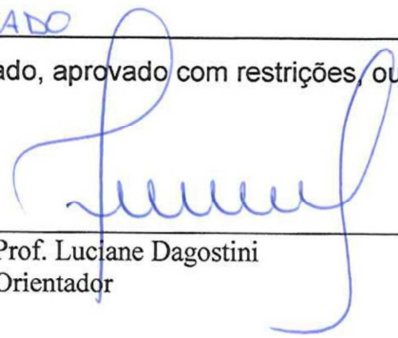
Título do Trabalho de Conclusão de Curso

**Evidenciação dos Ativos Intangíveis de empresas brasileiras listadas na
BM&FBOVESPA a luz do CPC 04 (R1)**


Nome do Aluno: **Cristiane Lins Da Rosa**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20 horas e 30 minutos, no dia 17 de outubro de 2016 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).



Prof. Luciane Dagostini
Orientador



Prof. Fernanda Caldato
Avaliador - UTFPR



Prof. Luiz Fernando Casagrande
Avaliador UTFPR

A meus pais, família e a meu esposo pela paciência, amor e apoio incondicionais, a quem honro por todo o esforço a mim dedicado, visto que me permitiu condições para galgar êxito na sociedade letrada.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde, fé e perseverança que me tem dado para chegar ao fim desta jornada de estudos.

A todos os professores e professoras que muito contribuíram para a minha formação, dos quais terei excelentes lembranças, em especial à professora e mestre Luciane Dagostini, pela sabedoria e dedicação com a qual me orientou em meu trabalho de conclusão de curso, levando em consideração os problemas que fazem parte do contexto de seus alunos, sendo sensível às diversas situações e entraves que se apresentaram, bem como também ao professor e mestre Abdinardo Moreira Barreto de Oliveira que por vezes abriu mão de seu tempo de descanso em meu favor.

O meu obrigada, vai para meus amigos e amigas, que se mostraram sempre presentes nesta jornada acadêmica, lembrando-me de citar em especial minhas amigas e companheiras fiéis nesta jornada, Marcinha, Marcia e Juciane, o meu muito obrigada pelo incentivo na busca de novos conhecimentos.

Para aquelas pessoas que fizeram meu coração sorrir... Para as pessoas que fizeram a diferença em minha vida... Para as pessoas que me aconselharam quando me senti sozinha, que me fizeram entender que devemos sempre levantar a cabeça e seguir em frente.

Para as pessoas que eu amo, abraço, encontro em meus sonhos, que acima de tudo encontro todos os dias e muitas vezes não tenho a oportunidade ou a chance de dizer tudo o que sinto olhando em seus olhos. Obrigada.

Ao final desta graduação guardo em meu coração o fato de que o que importa não é O QUE temos na vida, mas QUEM temos na vida.

É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar, é melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver... (Martin Luther King, 1964).

RESUMO

DIONIZIO, Cristiane Lins da Rosa. **Evidenciação dos Ativos Intangíveis de empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA a luz do CPC 04 (R1)**. 2016. 84 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

Este estudo teve por objetivo geral verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e sua relação com as características de 36 empresas listadas nos vários setores da BM&FBOVESPA no exercício social de 2015. Para a coleta dos dados foi utilizado um *checklist* a partir das diretrizes do CPC 04, em que foram atribuídas variáveis dicotômicas que assumiram o valor de 0 para quando as empresas não estavam em conformidade com o Pronunciamento Técnico; 1 quando as empresas estavam em conformidade. Foi feita também a coleta dos dados referentes às variáveis de características que são: tamanho da empresa, setor de atuação, representatividade de ativos intangíveis frente o ativo total e tempo de existência da entidade. O estudo no que se refere aos objetivos está classificado como uma pesquisa descritiva, no que tange aos procedimentos classifica-se como documental e a abordagem do problema como análise quali-quantitativa. Os resultados apontam um índice médio de conformidade entre todas as empresas de 95%, sendo que o menor índice alcançado entre as empresas pesquisadas na amostra foi 75%. Verificou-se também que das 36 empresas analisadas, 19 delas apresentaram todas as informações em conformidade com o CPC 04, as demais 17 empresas ficaram com um percentual de evidenciação acima de 75%, revelando que as empresas de modo geral adequaram-se as normas exigidas pelos órgãos reguladores. No intuito de identificar o nível de evidenciação, buscou-se verificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciavam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas. Mais uma vez os resultados revelaram que tais características das empresas já não tem mais afetado a divulgação das informações dos ativos intangíveis, pois independente das suas características elas têm sido similares nas divulgações das informações.

Palavras chave: Evidenciação; Ativos Intangíveis; CPC 04.

ABSTRACT

DIONIZIO, Cristiane Lins da Rosa. Disclosure of Intangible Assets from Brazilian companies listed on BM&FBOVESPA in the light of the CPC 04 (R1). 2016. 84 pages. Final Course Assignment (Bachelor's Degree in Accounting). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

This study has for general objective to verify the disclosure level of intangible assets and their relationship to the characteristics of 36 listed companies in various sectors from the BM&FBOVESPA in the 2015 fiscal year. The data were collected with a checklist guided by the guidelines from CPC 04, in which they were assigned dichotomous variables that assign the zero value when companies were not in compliance with the Technical Pronouncement; and they assign the value one when the companies were in compliance. It was made, also, the data collection from variables of characteristics, they were: company size, sector of activity, representation of intangible assets towards the total assets and time of existence of the entity. The study, with regard to the objectives, it is classified as a descriptive research, regarding the procedures it is classified as documentary and approach to the problem as qualitative and quantitative analysis. The results show an average rate of compliance among all companies of 95%, and the lowest average rate reached between the companies surveyed in the sample was 75%. It was also found that, from the 36 companies analyzed, 19 of them had all the information in accordance with the CPC 04; the 17 companies remaining got a disclosure percentage above 75%, revealing that, in general, companies have adapted to the standards required by regulators. In order to identify the level of disclosure, it sought to verify how much the determinants of accounting disclosure: sector of activity, company size, time of existence, representation of intangible assets towards the total assets, influenced the disclosure from the companies' intangible assets. Once again, the results revealed that the companies characteristics no longer has affected the information disclosure of intangible assets, because, regardless of their characteristics they have been similar in the information disclosing.

Keywords: Disclosure; Intangible Assets; CPC 04.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese Conceitual dos AI, antes e depois da Lei 11.638/2007.....	26
Quadro 2: Definições de Ativos Intangíveis.....	26
Quadro 3: Classificação dos ativos em categorias.....	27
Quadro 4: Estudos Anteriores: Análise a partir de checklist.....	34
Quadro 5: Estudos Anteriores: Análise a partir variáveis diversas.....	41
Quadro 6: Estudos Anteriores: Análise a partir pesquisas empíricas e bibliográficas.....	45
Quadro 7: População da pesquisa.....	50
Quadro 8: Amostra da pesquisa.....	51
Quadro 9: <i>Checklist</i> adaptado de Moura <i>et al.</i> (2011).....	52
Quadro 10: Listagem de palavras chave por Bloco.....	53
Quadro 11: Variáveis Dummy.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatísticas Descritivas	57
Tabela 2: Percentual de Evidenciação I	58
Tabela 3: Percentual de Evidenciação II	58
Tabela 4: Percentual de evidenciação por setor.....	59
Tabela 5: Percentual de Evidenciação - Bloco I - Valor do Intangível/Amortização...	60
Tabela 6: Teste de frequência - Item 5.....	61
Tabela 7: <i>P-Valor</i> VIA - Teste <i>Mann Whitney</i>	62
Tabela 8: Percentual de Evidenciação - Bloco II - Vida Útil	63
Tabela 9: Teste de frequência - Item 9.....	65
Tabela 10: Teste de frequência - Item 10.....	65
Tabela 11: Teste de frequência - Item 11	66
Tabela 12: Teste de frequência - Item 12.....	66
Tabela 13: <i>P-Valor</i> VU - Teste <i>Mann Whitney</i>	67
Tabela 14: Percentual de Evidenciação - Bloco III - Conciliação do Valor Contábil...	68
Tabela 15: Teste de frequência - Item 14.....	69
Tabela 16: Teste de frequência - Item 15.....	70
Tabela 17: <i>P-Valor</i> CVC - Teste <i>Mann Whitney</i>	70
Tabela 18: Regressão Linear.....	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PR	- Paraná;
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná;
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários;
CPC	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
BM&FBOVESPA	- Bolsa de Mercadorias e Futuros de Valores de São Paulo;
ROCA	- Repositório de Outras Coleções Abertas;
AI	- Ativos Intangíveis;
VIA	- Valor do Intangível/Amortização;
VU	- Vida Útil;
CVC	- Conciliação do Valor Contábil
<i>IFRS</i>	- <i>International Financial Reporting Standards;</i>
<i>IAS</i>	- <i>International Accounting Standard;</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA.....	17
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	18
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	20
2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	22
2.3 EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS.....	23
2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	25
2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS SEGUNDO A LEI 11.638/07.....	28
2.6 ATIVOS INTANGÍVEIS SEGUNDO O CPC 04.....	30
2.7 ESTUDOS ANTERIORES.....	31
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	47
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	47
3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DE LITERATURA.....	48
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	49
3.3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	49
3.3.2 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS.....	52
3.3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS.....	54
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	57
4.2 ANÁLISE EM RELAÇÃO AO VALOR DO INTANGÍVEL/AMORTIZAÇÃO.....	59
4.3 ANÁLISE EM RELAÇÃO À VIDA ÚTIL.....	63
4.4 ANÁLISE EM RELAÇÃO À CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL.....	67
4.5 ANÁLISE DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO.....	71
4.6 RESULTADOS OBTIDOS.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentados os seguintes tópicos: a) contextualização do tema; b) problema de pesquisa; c) objetivos; d) justificativa; e) delimitação da pesquisa; f) estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Como conceito formulado no CPC 00 (R1) (2011), os ativos são definidos como recursos controlados pela entidade e que possuem expectativa de gerar benefícios econômicos futuros, contudo, em meio a tantas variações de ativos, o presente estudo tomou como base de pesquisa somente os ativos intangíveis.

No entanto, pergunta-se, como distinguir um ativo intangível de um ativo tangível? De acordo com a pesquisa realizada por Meneses (2011), pode-se estabelecer o “toque” como uma das características de distinção desses ativos, entendendo-se deste modo que os ativos intangíveis são aqueles bens incorpóreos ou sem existência física.

Diante da importância dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis ter crescido consideravelmente, as pesquisas sobre o tema tem sido aprofundadas, uma vez que estes ativos estão diretamente ligados à competitividade e a sustentabilidade das empresas, colaborando para a geração de benefícios econômicos (LIMA *et al.*, 2015).

Com a mudança ocorrida no ano de 2007, da Lei 6404/76 para a Lei 11.638/07, muitas empresas ficaram um tanto confusas quanto a divulgação de certas informações contábeis em suas demonstrações financeiras. Mudanças estas, que podem ser explicadas pelo fato de que o novo texto da referida Lei demonstra que era necessária uma mudança cultural quanto à prática da profissão, visto que este texto é baseado em princípios e não em normas, o que requer do profissional um raciocínio analítico ao qual o mesmo não estava habituado (ANTUNES, SILVA, SAIKI, 2009).

Diante deste contexto, de acordo com Crisóstomo (2009), o tema criou muitas controvérsias e para Antunes, Silva, Saiki (2009), percebendo-se que ao interpretar a Lei 11.638/07, cada profissional realizava a seu modo ou até mesmo deixava de fazê-lo, gerando uma remessa de demonstrações que ficaram carentes de informações corretas sobre os ativos intangíveis.

Apesar de que a relevância deste grupo de ativos tenha sido reconhecida, sabe-se que não recebia o devido zelo até o momento de convergência contábil no Brasil às normas internacionais no ano de 2007. Por consequência desta convergência o Comitê de Pronunciamentos Contábeis publicou o Pronunciamento Técnico 04 – Ativos Intangíveis - CPC 04 (R1) (2010), (que mais tarde foi retificado pelo Pronunciamento Técnico 04 – Ativos Intangíveis - CPC 04 (R1) (2010)), regulamentando as divulgações quanto à identificação, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis (LIMA *et al.*, 2015).

O Pronunciamento Técnico - CPC 04 (R1) (2010) veio para normatizar os procedimentos no que se refere aos ativos intangíveis, pois conceitua e torna obrigatórias as práticas de reconhecimento, mensuração e divulgação deste grupo de ativos, visando aproximar-se dos padrões internacionais, desde então as empresas têm procurado se adequar as estas novas normas dispostas no CPC 04 (ORO, KLAN, 2015).

Diante das muitas dúvidas existentes, diversos pesquisadores tem buscado ao longo do tempo averiguar as melhorias no processo de divulgação das informações sobre os ativos intangíveis, entre os trabalhos mais recentes podemos citar os de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), Santos, Ximenes, Gallon, Luca (2012), Moura, Varella, Beuren (2014), Oro, Klan (2015), Lopes, Alves, Filho, Monteiro, Lagioia, Cordeiro (2014), Filho, Lagioia, Filho, Araújo, Lemos (2014), entre outros.

Quanto à evidenciação compulsória analisada no estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), os autores concluíram que nenhuma das empresas analisadas cumpriu integralmente o que está determinado no CPC 04, mas de fato identificou-se uma tendência de melhoria nas divulgações das informações relativas aos ativos intangíveis.

Filho *et al.* (2014), corroboraram com o estudo de Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012) de que há um nível maior de divulgação dos ativos intangíveis que

estão de acordo com o CPC 04 (R1) (2010) ao realizar um estudo da variação no reconhecimento e divulgação dos ativos.

Na mesma linha de pesquisa Lopes *et al.* (2014) verificaram o nível de aderência ao CPC 04 (R1) (2010) do setor de bens industriais da BM&FBOVESPA e constataram o real crescimento do reconhecimento dos intangíveis, evidenciando o amadurecimento no cumprimento dessas novas normas.

No estudo de Moura, Varella, Beuren (2014) constatou-se que entre empresas de diferentes setores da BM&FBOVESPA há uma maior conformidade com o CPC 04 (R1) (2010) por parte daquelas empresas que tinham maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa.

Já Santos *et al.* (2012) em seu trabalho verificaram em sua amostra de pesquisa que todas as empresas analisadas divulgaram informações sobre os ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis e concluíram ainda que a divulgação dos ativos intangíveis melhorou com o decorrer dos anos, apontando uma real eficácia da introdução do mecanismo regulatório - CPC 04 (R1) (2010).

A partir disto, elenca-se a problemática dessa pesquisa: Qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1) (2010), das empresas listadas no novo mercado da BM&FBOVESPA?

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo realizado por Moura *et al.* (2011), mostra a crescente visibilidade e interesse que os ativos intangíveis vêm despertando tanto por parte das empresas, como por parte dos pesquisadores e até mesmo de organizações sem fins lucrativos.

Além disso, a relevância deste tema é dada pela necessidade do devido reconhecimento destes ativos, uma vez que dado o “aumento da materialidade dos ativos intangíveis, em relação à participação do patrimônio líquido das empresas, se tornou imprescindível à verificação do tratamento dado a esse item” (AVELINO, PINHEIRO E LAMOUNIER, 2012).

Jacques, Rasia, Ott (2012, p. 4), salientam em sua pesquisa que as demonstrações contábeis são de fato uma relevante fonte de informação “segura e tempestiva para os diversos *stakeholders* dentre os quais se destacam: investidores, credores, bancos, governo e mercado de capitais”.

Cientes da obrigatoriedade de evidenciação nas demonstrações contábeis dos ativos intangíveis, conforme disposto nas Leis 6.404/76, Lei 11.638/07 e de que estas demonstrações contábeis devem fornecer informações que dizem respeito a:

“posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado e o fluxo financeiro, que são úteis para uma ampla variedade de usuários no processo de tomada de decisões e devem mostrar os resultados da gestão, pela administração, dos recursos que lhe são confiados, conforme Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 488/2005. (JACQUES, RASIA, OTT, 2012, p. 5)”.

Jacques, Rasia, Ott (2012), reforçam ainda que as informações contábeis devem ser complementadas pelas Notas Explicativas e outros quadros informativos se necessários para clarificar o entendimento da situação patrimonial e do resultado da entidade.

Oro e Klan (2015), destacam que as empresas têm aumentado o investimento dos seus recursos e em boa parte dos casos adquirido obrigações com aquisição, manutenção ou o aprimoramento dos ativos intangíveis, por consequência disto, procuram divulgar com mais transparência suas informações, visando gerar mais confiança para seus investidores.

Salienta-se aqui que a globalização intensificada nos últimos anos proporcionou oportunidades para as empresas ampliarem seus mercados, além de originar uma série de mudanças nas formas de tratamento, mensuração, reconhecimento e evidenciação das práticas contábeis no tocante aos ativos intangíveis (CUNHA *et al.*, 2010).

E posto que as companhias tenham divulgado com mais transparência e clareza suas informações no que tange ao seu “desempenho operacional e financeiro, investimento, governança, valores e risco”, tornam deste modo tais demonstrativos dignos de confiança e de grande relevância (ORO, KLAN, 2015).

Igualmente, Cunha *et al.* (2010), reforçam que esta abertura para o mercado internacional, provocou mudanças significativas em muitas áreas administrativas e

contábeis, principalmente quanto a evidenciação das práticas contábeis, formas de tratamento de mensuração e reconhecimento dado aos ativos intangíveis.

Nesse sentido de esclarecer como evidenciar nas demonstrações contábeis os ativos intangíveis, Crisóstomo (2009, p. 7), acrescenta que “a lei 11.638/07 separou definitivamente os bens materiais (ativo imobilizado) dos bens intangíveis ou imateriais (ativo intangível)”, representando um avanço no tratamento dado ao grupo de intangíveis.

Além disso, a publicação do CPC 04 (R1) (2010), que tem por base a *International Accounting Standards – 38* regulamenta que os procedimentos contábeis quando tratar-se do reconhecimento de ativos intangíveis mensuração e evidenciação deve ser aplicado a todas as empresas que possuem e registram ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis elaboradas desde o ano de 2008 (LOPES *et al.*, 2014).

Considerando que a evolução de convergência das normas contábeis brasileiras ao panorama contábil internacional, foi um divisor de águas para a contabilidade brasileira, o presente trabalho traz como problema de pesquisa: As empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Novo Mercado estão evidenciando as informações dos ativos intangíveis de forma a atender as exigências do CPC 04 (R1)?

1.3 OBJETIVOS

Nesta seção estão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do presente estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1) (2010).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização;
- Verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil;
- Verificar como as informações no que tange a conciliação do valor contábil estão sendo evidenciadas nas empresas;
- Identificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas.

1.4 JUSTIFICATIVA

O CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica define como ativo aqueles recursos controlados pela entidade e que possuem a expectativa de gerar benefícios econômicos futuros, contudo sabe-se que este grupo de ativo subdivide-se em várias categorias, sendo que neste estudo o subgrupo a ser analisado foi o dos Ativos Intangíveis.

Mesmo sendo reconhecida a importância deste grupo de ativos, antes da obrigatoriedade da convergência contábil no Brasil e a posterior publicação do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis (2010), esse grupo de contas continuava sem receber a devida atenção no que tange a identificação, mensuração e divulgação que viesse proporcionar uma melhor evidenciação, dada a inexistência de uma normatização que os obrigasse a fazê-lo de forma padronizada, pois até então as evidenciações existentes eram realizadas de forma voluntária pelas empresas (LIMA *et al.*, 2015).

Levando-se em conta que o registro dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial das empresas tornou-se obrigatório mediante a Lei nº 11.638/07, logo após foi reforçada sua evidenciação através do CPC 04 (R1) (2010), que veio

estabelecer os critérios de contabilização, reconhecimento, mensuração e divulgação.

Como contribuição prática, o estudo com foco nos Ativos Intangíveis traz informações sobre a Lei 11.638/07, o CPC 04, bem como a sua relação direta com a divulgação deste grupo de ativos. Já como contribuição teórica o trabalho busca colaborar com futuros estudos relacionados à conformidade das normas de Ativos Intangíveis e quanto à correta divulgação obrigatória deste grupo do ativo.

Também, a pesquisa acerca da evidenciação dos ativos intangíveis justifica-se com base nas pesquisas já realizadas por outros autores, tais como: Antunes, Silva, Saiki (2009); Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012); Meneses, Ponte, Mapurunga (2011); Crisóstomo (2009); Cunha, Souza, Santana, Magalhães, Pelegrini, Malaquias (2010); Lopes, Alves, Filho, Monteiro, Lagioia, Cordeiro (2014); Barcellos, Ensslin, Almeida, Silva, Rossi, Reina (2011); Jacques, Rasia, Ott (2012); Ritta, Ronchi, Ensslin (2010); Oro, Klann (2015); Filho, Lagioia, Filho, Araújo, Lemos (2014); Brizolla, Turra (2015); Santos, Ximenes, Gallon, Luca (2012); Lima, Prazeres, Araújo, Oliveira (2015); Marques, Santos, Gouveia (2011); Moura, Dallabona, Fank, Varella (2011), que tem contribuído em suas pesquisas para que as apresentações das demonstrações contábeis atendam as normativas expressas na Lei 11.638/07 e no CPC 04 (R1) (2010).

O presente estudo toma como base o estudo realizado por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012), que realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo apresenta as seguintes delimitações: (i) a pesquisa é compreendida por um grupo de empresas listadas na BM&FBOVESPA, do setor Novo Mercado e (ii) o período de análise é o exercício social de 2015.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo compreende a contextualização do tema, problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa e delimitação de trabalho.

O segundo capítulo trata sobre o referencial teórico, aprofundando o assunto a respeito da característica da informação contábil, da qualidade da informação contábil, evidenciação dos ativos intangíveis, ativos intangíveis, ativos intangíveis segundo a Lei 11.638/07, ativos intangíveis segundo o CPC 04, fazendo também um relato sobre estudos ligados ao tema aqui pesquisado.

No terceiro capítulo evidencia-se a metodologia de pesquisa, que busca retratar o enquadramento metodológico, os procedimentos para revisão da literatura e os procedimentos para a coleta e análise de dados.

Já no quarto capítulo estão a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa realizada, com uma análise descritiva quanto à evidenciação e o índice de evidenciação.

Enquanto que o quinto capítulo fica reservado para as considerações finais, sendo que após este ficam relacionadas as referências utilizadas na presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo estão apresentadas as bases teóricas que norteiam o presente estudo, abordando os seguintes tópicos: (i) característica da informação contábil, (ii) qualidade da informação contábil (iii) evidenciação dos ativos intangíveis, (iv) ativos intangíveis; (v) ativos intangíveis segundo a Lei 11.638/07; (vi) ativos intangíveis segundo o CPC 04; (vii) estudos anteriores.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O CPC 00 (R1) (2011) afirma em seu capítulo 3, que as características de uma informação contábil – financeira útil, são capazes de identificar os tipos de informações julgadas mais importantes para os usuários existentes e em potencial, objetivando auxiliar nas tomadas de decisão acerca da entidade.

As características qualitativas da informação contábil estão divididas em Características Qualitativas Fundamentais e Características Qualitativas de Melhoria, sendo que as características qualitativas fundamentais subdividem-se em: Relevância, Materialidade, Representação fidedigna, enquanto que as características qualitativas de melhoria estão subdivididas em: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade, Compreensibilidade (CPC 00 (R1), 2011).

Logo, para que a informação contábil tenha características qualitativas fundamentais e seja de fato útil, de acordo com o CPC 00 (R1) (2011) ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Assim para que a informação contábil tenha relevância, é necessário que ela seja capaz de fazer diferença na tomada de decisão por parte dos usuários, a materialidade da informação se dá quando da sua omissão ou divulgação distorcida, influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil acerca da organização que reporta a informação (CPC 00 (R1), 2011).

Uma vez que os relatórios contábeis representam eventos econômicos em palavras e números, percebe-se que para que a informação contábil seja efetivamente útil, deve também representar com fidedignidade aquilo que se propõe

representar, para tanto o CPC 00 (R1), (2011) aponta que, ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

Logo, para ser completa a informação contábil deve exprimir toda a informação necessária para que os usuários compreendam o que se deseja retratar. A neutralidade da informação é expressa quando não há distorções que permitam qualquer tipo de manipulação, que aumente a perspectiva por parte dos seus usuários de um entendimento favorável ou desfavorável e para ser livre de erros a informação contábil deverá mitigar e reduzir ao máximo os erros ou omissões retratados (CPC 00 (R1), 2011).

No que tange à utilidade da informação contábil, conforme o CPC 00 (R1), (2011), ela será de melhoria quando for passível de ser comparável, verificável, tempestiva e compreensível, podendo também auxiliar a determinar qual de duas alternativas consideradas equivalentes, deve ser usada para representar um fenômeno.

A comparabilidade da informação justifica-se nas decisões que os usuários precisam fazer quando da tomada de decisão entre alternativas pré-existentes, portanto, essa informação será mais útil caso possa ser comparada com outras informações similares da mesma entidade para outro período, ou com informações similares de outras empresas (CPC 00 (R1), 2011).

A verificabilidade dar-se-á para auxiliar os usuários a assegurar que independente de quem está observando a informação, sempre chegará a um consenso de que o proposto naquela informação representa fidedignamente o fenômeno que se propõe representar.

Tempestividade, segundo o CPC 00 (R1) (2011), significa ter informação disponível a tempo de poder influenciar quem precisa dela para tomar uma decisão (CPC 00 (R1), 2011).

Uma vez que fenômenos econômicos são inerentemente complexos, não podendo ser de fácil compreensão, a compreensibilidade se faz necessária, buscando apresentar as informações com clareza e concisão (CPC 00 (R1), 2011).

Mediante o exposto acima, segundo Lima *et al.* (2015), a informação contábil é considerada por seus usuários como uma das ferramentas que contribuem para a avaliação da capacidade de geração de benefícios econômicos das organizações, e que para tanto necessitam ser evidenciadas com qualidade, afim de que possam ser relevantes no processo decisório (LIMA *et al.*, 2015).

Deste modo, estará configurado que a organização que preza por todas as características anteriormente descritas, tem compromisso com a transparência e a prestação de informações fidedignas aos seus usuários (MENESES, 2011).

2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O crescente interesse das companhias sobre os ativos intangíveis, bem como o aumento relevante dos estudos sobre o tema, tem impelido as empresas a esforçarem-se em busca de uma diferenciação frente aos seus concorrentes e tem criado uma espécie de competição por uma melhor evidenciação de suas informações (MOURA, *et al.*, 2011; JACQUES, RASIA, OTT, 2012; CUNHA *et al.*, 2010).

Considerando-se também que o processo de globalização das economias tem intensificado a competição entre as companhias, tem provocado um estreitamento de margens e exigido mais qualidade, como consequência impeliu as empresas a destoar-se de seus concorrentes forçando-as a buscar maior transparência em suas demonstrações contábeis (CUNHA, *et al.*, 2010).

A CVM por meio do Ofício Circular nº 01/2006, complementa que a qualidade das informações contábeis divulgadas está determinada pelo conteúdo e integração de todo o conjunto de informações qualitativas e quantitativas expressos nas Demonstrações Contábeis. Deixa claro, também, que é essa qualidade que determina o sucesso na interação organização>usuário interno/externo, ou seja, a boa comunicação entre a organização e seus usuários internos e externos depende da qualidade da informação divulgada.

Conforme Ludícibus *et al.* (2010), a qualidade da informação contábil sofre um aumento considerável quando é incluso o grupo de Ativos Intangíveis, visto que este contribui para o desenvolvimento do mercado de capitais e proporciona também uma redução nos custos de captação.

Assim, para que os usuários da informação contábil tenham uma inteira compreensão e capacidade de entendimento dos ativos intangíveis, reconhecidos nas demonstrações das entidades que os informam, foram estabelecidos alguns critérios para a sua divulgação e quanto mais as empresas cumprem com esses

critérios, maior adesão as mesmas terão ao CPC 04 (R1) (2010) e à Lei 11.638/07, o que proporcionará aos seus usuários, uma real qualidade das informações contábeis (CALDAS e CARVALHAL, 2011).

2.3 EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Antunes, Silva, Saiki (2009) expõem em seu estudo que os meios de comunicação mais importantes com a administração das empresas e demais investidores, tendo em vista informar o desempenho da organização, são os relatórios contábeis.

Puntillo (2009) ressalta o valor dos ativos intangíveis ao afirmar que, para a economia do conhecimento em que se vive atualmente, os critérios de avaliação tradicionais já não bastam. Expõe ainda que o próprio conceito de intangíveis retrata a diferença entre o valor de mercado de uma empresa e seu valor contábil. Portanto, segundo o autor são os bens intangíveis que interagem com os tangíveis e financeiros para gerar valor nos negócios e promover o crescimento econômico das empresas.

Para tanto, com o intuito de que a administração da empresa e demais investidores que necessitam destas informações, as recebam esclarecidas e de bom entendimento para os mesmos, proporcionando um real auxílio no processo decisório no tocante a comprar, manter, vender investimentos, etc., a evidenciação correta das informações contábeis tornou-se de fato essencial (ANTUNES, SILVA, SAIKI, 2009).

Neste ponto surge a pergunta, o que é a evidenciação? O dicionário Aurélio (2016), traz que evidenciar é: tornar evidente, mostrar claramente, por em evidência. Num sentido mais amplo da palavra evidenciação/divulgação quer dizer veiculação de informação (GOMES, 2006).

A evidenciação pode ser compulsória ou voluntária, no entanto para que as empresas venham alcançar padrões de evidenciação satisfatórios, não podem, nem devem restringir-se em suas divulgações apenas às informações que são obrigatórias por Lei, ou seja, devem também expor informações que não sejam

compulsórias, pois deste modo alcançarão qualquer indivíduo ou entidade que tenha interesse na sua organização (GOMES, 2006).

Deste modo, segundo Avelino, Pinheiro, Lamounier, (2012) a evidenciação tornou-se um elemento de transparência para as empresas que visam seus usuários externos, permitindo aos mesmos que conheçam a situação da entidade e se certifiquem que a mesma trabalha de acordo com o que é delineado pelas leis, reduzindo os níveis de erros, bem como as possibilidades de irregularidades e fraudes.

No Brasil, no que se refere a ativos intangíveis a Lei 11638/07 tornou compulsória a evidenciação destes ativos (Lima *et al.* 2015), contudo, foi o CPC 04 (R1) (2010) que norteou como deveria ser reconhecido, evidenciado e divulgado o grupo de ativos intangíveis, tornando-se obrigatórias para as empresas de capital aberto, visto que o Pronunciamento em questão foi aprovado pela deliberação CVM nº 553/2008 (AVELINO, PINHEIRO E LAMOUNIER, 2012).

Quanto à evidenciação das informações sobre os ativos intangíveis, percebe-se que as alterações promovidas pela Lei 11.638 no ano de 2007, proporcionaram alguns ganhos informacionais, o que de forma geral segundo Antunes, Silva, Saiki (2009, p. 4), “incorpora mais fortemente o conceito da Primazia da Essência sobre a Forma” no que tange a identificação dos recursos como ativos.

De acordo com o CPC 04 (R1) (2010), que orienta quando o assunto a ser tratado for ativos intangíveis, para uma melhor evidenciação dos mesmos, é relevante observar que ao se fazer o devido reconhecimento destes ativos, é indispensável que estes estejam enquadrados na definição de ativo intangível e que atendam aos critérios estabelecidos para o seu reconhecimento. Sendo que somente será reconhecido como um Ativo Intangível, aquele for possível provar que os seus benefícios econômicos futuros esperados serão gerados em favor da entidade e se o custo deste ativo puder ser mensurado com segurança (CPC 04 (R1), 2010).

Diante do cenário de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, Santos *et al.* (2012), em sua pesquisa constatou que as mudanças estabelecidas por órgãos normatizadores e regulamentadores, no que diz respeito ao tratamento e a evidenciação dos ativos intangíveis, são de fato relevantes.

2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Hendriksen e Van Breda (1999) colocam que ativos intangíveis são ativos que necessitam de substância e que não deixam de sê-lo por não possuírem uma substância palpável. Pelo contrário, devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de todo e qualquer ativo, ou seja, sempre que for possível a sua identificação, mensuração e controle.

O CPC 04 (R1) (2010, p. 4) veio para regulamentar quando um ativo pode e deve ser reconhecido como intangível, definindo-o deste modo: “*Ativo intangível* é um ativo não monetário identificável sem substância física”, ao tratar do alcance deste pronunciamento, no item 5, o CPC 04 (R1) (2010) estabelece que o mesmo:

“aplica-se a gastos com propaganda, marcas, patentes, treinamento, início das operações (também denominados pré-operacionais) e atividades de pesquisa e desenvolvimento. As atividades de pesquisa e desenvolvimento destinam-se ao desenvolvimento de conhecimento. Por conseguinte, apesar de poderem gerar um ativo com substância física (por exemplo, um protótipo), o elemento físico do ativo é secundário em relação ao seu componente intangível, isto é, o conhecimento incorporado ao mesmo” (CPC 04 (R1), 2010, p. 4).

Ou seja, de acordo com o CPC 04 (R1) (2010), um ativo intangível é aquele que decorre de gastos ou obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como:

“conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações)” (CPC 04 (R1), 2010, p.6).

Quanto à definição de ativos intangíveis, em sua pesquisa Crisóstomo (2009), concluiu que até a divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 04, não existia no Brasil uma definição de “ativo intangível” em nenhum órgão regulamentador. O **Quadro 1**, apresentado pelo autor supracitado, representa um resumo comparativo da situação relativa à definição de intangíveis no Brasil antes de depois da Lei 11.638/07.

Momento	Definição de ativo intangível
Antes da Lei 11.638/2007	Ausente Referências a Ativos intangíveis sem conceituação (NBC T.3.2, Deliberação CVM 488/2005 e legislação fiscal abordada na seção 4.1).
Depois da Lei 11.638/2007	Uso de Método conceitual real na linha do IASB. Nova redação do art. 179, VI da Lei 6.404/1976 dada pela Lei 11.638/2007: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Pronunciamento CPC 04, item 8: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Quadro 1: Síntese Conceitual dos AI, antes e depois da Lei 11.638/2007.

Fonte: Crisóstomo (2009).

Ainda de acordo com Cintra (2016, p. 5), “uma definição de ativo identifica suas características essenciais, mas não especifica os critérios a serem observados para que seja reconhecido”. De modo geral ela engloba todos os tipos de ativos, inclusive aqueles itens não reconhecidos como ativos intangíveis em função de não atenderem os critérios de reconhecimento, a expectativa de benefícios econômicos e a probabilidade de realização. O **Quadro 2** criado por Cintra (2016) elenca as várias definições de ativo intangível.

Conceito	Fonte
“Ativo não monetário identificável sem substância física, mantido para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos”.	International Accounting Standard 38 (2012).
“Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercícios com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.	Lei das Sociedades por Ações (2008).
“Ativo não monetário identificável sem substância física”.	CPC 04 (R1) (2010).
“Ativos de capital que não tem existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.	Iudicibus (2012, p. 135).
“Mescla de competências individuais (conhecimento e capacitações), competências organizacionais (cultura) e relacionais não reconhecidas como ativos sob a óptica contábil, mas percebidas por clientes, consumidores, acionistas e investidores. São ativos que, divididos em quatro categorias – ambiental, estrutural, intelectual e relacional – proporcionam de diversos modos a valorização e a diferença de uma organização”.	Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD) (apud Domeneghetti 2009).
“Termo vem do latim tangere ou do grego tango, cujo significado é tocar. Bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria”.	Schmidt e Santos (2010, p.29).

Quadro 2: Definições de Ativos Intangíveis

Fonte: Cintra (2016)

Para Kayo (2002), os ativos intangíveis podem ser classificados em quatro categorias levando em conta as suas características: Ativos Humanos, Ativos de

Inovação, Ativos Estruturais, Ativos de Relacionamento, como está representado no **Quadro 3**.

Família	Alguns ativos intangíveis
Ativos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados; • Administração superior ou empregados-chave; • Treinamento e desenvolvimento; • Entre outros.
Ativos de Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e desenvolvimento; • Patentes; • Fórmulas secretas; • <i>Know-how</i> tecnológico; • Entre outros.
Ativos Estruturais	<ul style="list-style-type: none"> • Processos; • Softwares proprietários; • Bancos de dados; • Sistemas de informação; • Sistemas administrativos; • Inteligência de mercado; • Canais de mercado; • Entre outros.
Ativos de Relacionamento (com públicos estratégicos)	<ul style="list-style-type: none"> • Marcas; • Logos; • <i>Trademarks</i>; • Direitos autorais (de obras literárias, de <i>softwares</i>, etc.); • Contratos de licenciamento, franquias, etc.; • Direitos de exploração mineral, de água, etc.; • Entre outros.

Quadro 3: Classificação dos ativos em categorias

Fonte: Kayo (2002, p. 19)

Ao tratar de capital intelectual, segundo Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), há uma numerosa quantidade de itens que se enquadram na definição de capital intelectual, mas nem todos, conforme ressalta o CPC 04 (R1) (2010), se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros.

Assim sendo, para os estudiosos do tema os termos: ativo intangível e capital intelectual se confundem, sendo frequentemente usados como sinônimos, considerando-se que em algumas situações é possível valer-se destes conceitos como sendo análogos. Contudo, para Zanini e Calvo (2006) é possível diferenciar e separar seus conceitos, uma vez que capital intelectual é um conceito mais geral enquanto que ativo intangível é mais restrito.

Santos (2009) define como Capital intelectual “a soma do conhecimento e da competência empresarial acumulado na organização, gerado internamente, podendo

estar em fase de aplicação (projeto e desenvolvimento), sendo identificável e individualizado contabilmente, constituindo-se em elemento patrimonial”, ou seja, esta forma de denominar capital intelectual é destinada quando se refere ao patrimônio corporativo resultante de contribuições intelectuais.

Enquanto que Rezende (2002) reporta que há um considerável crescimento de empresas que tem em seu quadro de colaboradores especialistas técnicos e criativos, retratando-os como sendo o Capital Intelectual, ou seja, o diferencial estratégico obtido com o conhecimento gerado e incorporado pela empresa a partir dos seus processos de inovação e que tem possibilitado aos gestores maior qualidade nos dados utilizados para a tomada de decisão.

Diante deste contexto, cabe a observação de Zanini e Calvo (2006), que destacam que o capital intelectual tem um conceito amplo, ainda com falta de limitação na área contábil, mesmo sendo um tema largamente pesquisado e de interesse. Por outro lado, ativo intangível é bem mais restrito, visto que se baseia em normas estabelecidas por órgãos regulamentadores, “mesmo que o próprio desenvolvimento da teoria da contabilidade faça com que essas normas evoluam ao longo do tempo”.

2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS SEGUNDO A LEI 11.638/07

Embora hoje se reconheça a importância dos ativos intangíveis, antes da introdução regulamentar das normas internacionais de contabilidade no Brasil, a evidenciação dos ativos intangíveis não seguia nenhum padrão específico, mesmo com a deliberação da CMV 488/2005, até que a promulgação da Lei 11.638/07, estabeleceu novas normas, o que de fato representou um grande avanço no tratamento destes ativos (BRASIL, 2007).

A Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76, trouxe mais clareza e qualidade às informações contábeis, proporcionando simultaneamente uma conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim sendo, a Lei 11.638/07 em seu artigo 179 relaciona as mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial (BRASIL, 1976 e BRASIL, 2007).

No artigo 179 especificamente foram separados os bens materiais – Ativo Imobilizado - dos bens intangíveis ou imateriais – Ativo Intangível (CRISÓSTOMO, 2009). Como se pode notar no texto do artigo 179 da Lei 11.638/07, transcrito a seguir:

“Art. 179.....

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido” (BRASIL, 2007).

A Lei 11.638/07 gerou um grupo contábil específico para o tratamento desses ativos, o que contribuiu para uma melhor identificação desse grupo do ativo no que tange a evidenciação em seus balanços (BRASIL, 2007). Trouxe também mudanças em relação à Lei das Sociedades por Ações – 6.404/76, tais como: inclusão no Balanço de novo critério de avaliação dos bens, de forma que os direitos classificados como Intangíveis serão avaliados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, o que também beneficia as empresas, que passa a determinar de forma mais clara e exata o real valor dos seus bens Intangíveis (ANTUNES, SILVA, SAIKI, 2009; BRASIL, 1976 e BRASIL, 2007).

Em decorrência da adoção da referida Lei, diversos ativos antes registrados em outros subgrupos de contas foram reclassificados e registrados no subgrupo Intangível, fato este que promoveu a alteração da estrutura do balanço patrimonial. Estas mudanças são consideradas positivas pelos estudiosos, visto que simplificam a análise das demonstrações contábeis por investidores estrangeiros interessados, posto que o novo tratamento segundo as normas brasileiras passou a atender as mesmas linhas das normas internacionais (CUNHA *et al.*, 2010).

A Lei 11.638/07 e o CPC 04 (R1) (2010), acompanham os mesmos critérios de evidenciação das normas internacionais, ou seja, o ativo intangível deve ser identificado considerando-se a sua capacidade de gerar benefícios futuros e a viabilidade de mensurar o seu custo. As empresas devem evidenciar em suas demonstrações toda e qualquer informação que diga respeito aos ativos intangíveis,

desta forma, estarão atendendo tanto às normas brasileiras, quanto as internacionais e aproximando futuros investidores (BRASIL, 2007).

2.6 ATIVOS INTANGÍVEIS SEGUNDO O CPC 04

Ora, se a Lei 11.638/07 definiu que os ativos intangíveis são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos designados para a continuidade e preservação da empresa, ou exercido com essa finalidade, por outro lado o CPC 04 (R1) (2010) que é uma tradução da norma internacional *Intangible Assets 38*, afirma que ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis, que não possuem substância física, são controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros (BARCELLOS *et al.*, 2011 e BRASIL, 2007).

Moura *et al.* (2011), apontam que até a publicação do CPC 04, a evidenciação voluntária sobre os ativos intangíveis desempenhou a função de oferecer aos usuários das entidades tais informações. Desse modo, com o CPC 04 (R1) (2010), houve uma melhor evidenciação dos intangíveis nas empresas, visto que este definiu critérios e padrões para reconhecimento, mensuração e exigências específicas sobre informações a serem divulgadas neste grupo de ativo.

O CPC 04 (R1) (2010) ressalta que o reconhecimento dos ativos intangíveis está condicionado ao seu enquadramento na definição de ativo intangível e a prática dos critérios de reconhecimento, onde só será reconhecido se indicar benefícios econômicos futuros atribuídos ao ativo, que estes benefícios serão gerados em favor da entidade e se o custo do ativo puder ser mensurado com segurança, procedimento descrito nos itens 12 e 18 do CPC 04.

Ademais, conforme Meneses (2011), quanto à classificação dos ativos intangíveis o CPC 04 (R1) (2010) classificou este grupo ainda em identificáveis ou não identificáveis, ou seja, como identificáveis, por exemplo, destacam-se as marcas e patentes, softwares e as franquias, enquanto que como não identificáveis estão enquadrados o goodwill, ou o ágio, derivado de expectativa de rentabilidade futura.

Por conseguinte, se um ativo intangível não respeita à definição dada pelo CPC 04 (R1) (2010) todos os gastos envolvidos em sua aquisição ou geração interna devem ser reconhecidos como despesa, contudo, se for adquirido numa

combinação de negócios, o mesmo passa a ser parte do ágio proveniente da expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) passando a ser reconhecido em sua data de aquisição (BARCELLOS *et al.*, 2011).

2.7 ESTUDOS ANTERIORES

Conforme Filho *et al.* (2014), no Brasil a deliberação número 488/2005, da CVM, menciona que o ativo intangível deve ser evidenciado no balanço patrimonial, razão pela qual desde então tem motivado inúmeros estudos sobre o tema. Portanto, o referencial teórico deste estudo foi baseado em artigos publicados em Congressos e Periódicos que discorrem sobre o tema de Ativos Intangíveis, sua evidenciação e a conformidade com o CPC 04 (R1) (2010).

Sendo assim de notável importância o estudo bibliográfico para o desenvolvimento do referencial teórico, visto que desta forma pode-se destacar as contribuições de estudos anteriores e seus resultados, utilizando-se dos mesmos como base para a presente pesquisa.

Os estudos anteriores relacionados no **Quadro 4** retratam pesquisas realizadas sobre os ativos intangíveis através de *checklists* adaptados do CPC 04 e IAS 38.

Antunes, Silva, Saiki (2009)	<p>Objetivo: Conhecer o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na BOVESPA, no segmento do Novo Mercado, em relação às alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis, por meio das demonstrações contábeis divulgadas referentes ao exercício de 2008.</p> <p>Amostra: População de 100 empresas brasileiras do segmento Novo Mercado.</p> <p>Variáveis: Lista de questões de acordo com o disposto nas normas atuais, especificamente segundo a Lei 11.638/07 e CPC – 04 e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos).</p> <p>Resultado: Os resultados revelam uma saudável intenção por parte dos gestores dessas empresas em se adequar ao novo contexto legal, mas, também, certa dificuldade na sua aplicação.</p>
Crisóstomo (2009)	<p>Objetivo: Apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, referente ao exercício de 2010, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04 (R1), além de verificar se existe relação entre o índice e o tamanho das empresas, o setor em que estas estão inseridas e a quantidade de anos de constituição das companhias.</p>

	<p>Amostra: População de 86 empresas não financeiras registradas na BOVESPA que apresentaram valor de intangível em seus Balanços de 2007, tendo a maioria delas já feito esta evidenciação em 2006 e 2005.</p> <p>Variáveis: Check-list adaptado referente ao Pronunciamento Técnico 04 (R1).</p> <p>Resultado: No âmbito internacional, verificou-se que segue a falta de uniformidade, ao mesmo tempo em que esta harmonização de tratamento é questionada. Sobre a situação no Brasil detectou-se uma carência de formalização normativa relativamente aos aspectos pesquisados até a Lei 11.638/07 e o Pronunciamento Técnico CPC 04. Empiricamente se verificou que já há um relativamente elevado número de empresas que já evidenciam intangíveis a partir de 2005 no Brasil.</p>
Ritta, Ronchi, Ensslin, (2010)	<p>Objetivo: Analisar as informações evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis (AIs) nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras que apresentaram informações financeiras à BM&FBOVESPA e à NYSE nos anos de 2006 e 2007.</p> <p>Amostra: A população da pesquisa caracteriza-se pelas empresas brasileiras que divulgaram informações financeiras na BM&FBOVESPA e na NYSE nos anos de 2006 e 2007.</p> <p>Variáveis: Checklist das normas de contabilidade aplicáveis em relação aos ativos intangíveis – CPC 04.</p> <p>Resultado: Os resultados apontam que o ágio, software e direitos contratuais foram os elementos de AIs mais evidenciados pelas empresas; a maior participação dos AIs em relação ao ativo patrimonial total foi da empresa AMBEV com um percentual acima de 49,23% nos dois anos, e a menor participação dos AIs foi da empresa TAM com percentual inferior 0,20%; as companhias divulgaram seus relatórios financeiros no Brasil e nos Estados Unidos em conformidade com as normas vigentes; e a empresa Copel foi a empresa que divulgou nos relatórios apresentados para a BM&FBOVESPA os itens comuns às normas nacionais e internacionais, no que tange à divulgação dos AIs.</p>
Barcellos, Ensslin, Almeida, Silva, Rossi, Reina, (2011)	<p>Objetivo: Confrontar o nível de aderência ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) das empresas que integram o IBOVESPA com o seu respectivo Grau de Intangibilidade.</p> <p>Amostra: Composta por 15 empresas do Índice BOVESPA da BM&FBOVESPA.</p> <p>Variáveis: Check-list adaptado referente ao Pronunciamento Técnico 04 (R1) e Pronunciamento Técnico 01 (R1).</p> <p>Resultado: O estudo mostra que: (i) as empresas não estão em conformidade com o CPC 04 (R1); (ii) a média do Grau de Aderência nos anos de 2009 (22,28%) e 2010 (31,87%) está bastante distante de 100%, e o item mais representativo foi o teste de perda de valor, devido à obrigatoriedade a partir de exercícios findos em 31 de dezembro de 2008; e, (iii) no ano de 2009 e 2010, não existe correlação entre as variáveis. Assim, conclui-se que nenhuma empresa atingiu 100% a aderência à norma, mas, entre os anos investigados, houve um acréscimo de 43,06% de divulgação e no ano de 2010, as empresas começaram a divulgar itens importantes nas suas Notas Explicativas.</p>
Marques, Santos, Gouveia (2011)	<p>Objetivo: Analisar, no contexto do atual processo de aderência às novas normas contábeis vigentes no Brasil a partir da Lei 11.638/07, a evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias abertas vencedoras do 13º Premio ANEFAC – FIECAFI – SERASA EXPERIAN – Troféu Transparência 2009, considerado pelo mercado como um certificado de idoneidade das empresas vencedoras.</p> <p>Amostra: Foram analisadas as demonstrações do exercício social de 2008 das seguintes companhias: Embraer, Braskem, CPFL Energia, CSN, Gerdau, Grupo Pão de Açúcar, Oi (Brasil Telecom), Petrobras, Usiminas e Vale.</p> <p>Variáveis: Checklist, redigido de acordo com as normatizações contábeis da matéria de estudo, conforme o CPC 04 (R1) e CPC 13.</p> <p>Resultado: Verificou-se que as demonstrações contábeis analisadas atenderam, em sua maioria, às normas de divulgação vigentes. Considerando-se, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a faculdade de se</p>

	<p>optar por rerepresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", entende-se que todas as companhias citadas poderiam ter optado pela adoção de tais práticas, proporcionando uma maior qualidade à informação contábil, principalmente no que tange à comparabilidade.</p>
Jacques, Rasia, Ott (2012)	<p>Objetivo: Verificar junto às companhias de capital aberto classificadas no nível 1 e 2 de governança corporativa da BOVESPA, a evidenciação contábil de ativos intangíveis em notas explicativas, conforme orientação da IAS 38.</p> <p>Amostra: Composta por Companhias de Capital Aberto, não financeiras, da carteira de Nível 1 e 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, no período de 2008.</p> <p>Variáveis: <i>Checklist</i> das normativas descritas nas IAS 38.</p> <p>Resultado: O resultado da pesquisa demonstrou que as companhias de capital aberto, classificadas nos níveis 1 e 2 de governança corporativa da BOVESPA, atendem em sua maioria o que orienta a norma IAS 38.</p>
Silva, Hobo, Scarelli, Kudo (2012)	<p>Objetivo: Analisar as alterações ocorridas na divulgação do grupo dos ativos intangíveis das companhias abertas brasileiras do segmento Novo Mercado, nos anos de 2008 e 2009, período antecedente à exigência de adequação total às novas normas de contabilidade que visam o alinhamento às normas internacionais.</p> <p>Amostra: Amostra de 71 empresas cujos dados foram extraídos das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009</p> <p>Variáveis: Checklist, redigido conforme as disposições de evidenciação do CPC 04.</p> <p>Resultado: A análise permitiu identificar os tipos de ativos intangíveis mais divulgados, além de se verificar que as alterações mais significativas ocorreram no exercício findo em 2008. Pode-se concluir que as companhias já estavam se alinhando aos novos padrões de contabilidade, especificamente na questão dos Ativos Intangíveis, o que pode denotar uma predisposição positiva da gestão dessas empresas em se adaptar à nova realidade.</p>
Santos, Ximenes, Gallon, Luca (2012)	<p>Objetivo: Verificar a evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas industriais mais inovadoras, segundo o Índice Brasil de Inovação (IBI), listadas na BM&FBOVESPA.</p> <p>Amostra: O estudo reúne 12 empresas da indústria de transformação participantes do ranking das mais inovadoras do IBI com ações listadas na BM&FBOVESPA, conforme divulgado pela Revista Inovação Uniemp.</p> <p>Variáveis: <i>Checklist</i>, redigido conforme as disposições de evidenciação do CPC 04.</p> <p>Resultado: Os resultados obtidos possibilitaram verificar que todas as empresas analisadas divulgaram informações sobre ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis, sendo as notas explicativas o canal mais utilizado para a divulgação, guardando sintonia com os preceitos do CPC 04; e, também, que a partir do seu primeiro ano de adoção, melhorou a divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas, indicando a eficácia da introdução do mecanismo regulatório.</p>
Moura, Varela (2014)	<p>Objetivo: Analisar o grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas da BM&FBOVESPA, por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04.</p> <p>Amostra: A amostra compreendeu 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBOVESPA com maiores e menores representatividades de ativos intangíveis no ano de 2009.</p> <p>Variáveis: Checklist, redigido conforme as disposições de evidenciação do CPC 04.</p> <p>Resultado: Os resultados permitiram verificar uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, em média, equivaliam a 17% do ativo total e 34% dos ativos fixos. Destacaram-se os softwares, ágio, contratos de concessão e marcas e patentes, sinalizando que, estes, eram os intangíveis mais recorrentes nas empresas brasileiras. Em relação à evidenciação, os resultados revelaram um índice médio de conformidade de 75%. Os índices demonstraram-se superiores nos setores de utilidade pública, construção e</p>

	transporte e tecnologia da informação, que são aqueles com maiores proporções de intangíveis.
Lopes, Alves, Filho, Monteiro, Lagioia, Cordeiro (2014)	Objetivo: Verificar o nível de aderência das empresas de capital aberto do setor de bens industriais aos itens de evidenciação do CPC 04 (R1)- Ativos Intangíveis, desde sua aplicabilidade em 2008 até o exercício encerrado em 2010.
	Amostra: A população selecionada nesta pesquisa incluiu 39 empresas do setor de bens industriais, listadas na BM&FBOVESPA.
	Variáveis: <i>Checklist</i> prescritos pelo pronunciamento técnico 04 (R1).
	Resultado: Concluiu-se que, em média, apenas 6,71% das empresas não divulgaram informações sobre seus Ativos Intangíveis, também que, em média, nos quatro anos de análise, o índice de conformidade das informações divulgadas foi de, em média, 61,94%. Por fim a pesquisa apontou que o nível de aderência das companhias analisadas ao CPC 04 (R1) foi aumentando com o passar dos anos.
Lima, Prazeres, N. Araújo, G. Araújo, Oliveira (2015)	Objetivo: Verificar qual o nível de divulgação dos ativos intangíveis e imobilizados e sua relação com as características das empresas listadas no setor de construção e transporte da BM&FBOVESPA para o exercício de 2013.
	Amostra: Empresas listadas no setor de construção e transporte da BM&FBOVESPA no exercício social de 2013.
	Variáveis: Dois <i>checklists</i> elaborados a partir das diretrizes dos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27, rentabilidade, tamanho, endividamento, auditoria e nível de governança.
	Resultado: Observou-se que nenhuma das empresas constantes da população pesquisada divulgou, para o ano de 2013, as informações referentes aos ativos intangíveis e imobilizados de forma completa, indicando que o disposto pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27 não é cumprido integralmente, notou-se que as características das empresas, além de possuírem baixo poder explicativo sobre o comportamento da variável dependente (intangíveis e imobilizados), demonstrado através de um baixo coeficiente de determinação (R2), apenas as variáveis endividamento e auditoria se mostraram relacionadas ao nível de divulgação de intangíveis e imobilizadas, enquanto as demais não apresentaram relações significantes.

Quadro 4: Estudos Anteriores: Análise a partir de checklist
Fonte: Dados da pesquisa

Ao buscar conhecer o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, as alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis, Antunes, Silva, Saiki (2009) identificaram que havia uma saudável intenção por parte dos gestores das empresas em se adequar ao novo contexto legal, contudo, ocorria com certa dificuldade na sua aplicação.

Crisóstomo (2009) além de criar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre os ativos intangíveis, que visavam uma uniformidade com as normas internacionais de contabilidade, procurou verificar se existia relação entre o índice e o tamanho das empresas, o setor em que estas estavam inseridas e a quantidade de anos de constituição das companhias. Em seus resultados verificou-se que persistia a falta de uniformidade, ao mesmo tempo em que esta harmonização de tratamento estava sendo questionada.

No que se refere à situação no Brasil, o estudo realizado detectou uma carência de formalização normativa relativamente aos aspectos pesquisados até a Lei 11.638/07 e o Pronunciamento Técnico CPC 04. Empiricamente se verificou que havia um elevado número de empresas que já evidenciavam ativos intangíveis desde 2005 no Brasil.

Analisando as informações evidenciadas sobre os Ativos Intangíveis (AIs) nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras que apresentaram informações financeiras à BM&FBOVESPA e à NYSE nos anos de 2006 e 2007, Ritta, Ronchi, Ensslin (2010) evidenciaram em sua pesquisa que o ágio, software e direitos contratuais foram os elementos de AIs mais evidenciados pelas empresas; a maior participação dos AIs em relação ao ativo patrimonial total foi da empresa AMBEV nos dois anos e a menor participação dos AIs foi da empresa TAM; as companhias divulgaram seus relatórios financeiros no Brasil e nos Estados Unidos em conformidade com as normas vigentes; e a empresa Copel foi a empresa que divulgou nos relatórios apresentados para a BM&FBOVESPA os itens comuns às normas nacionais e internacionais, no que tange à divulgação dos AIs.

Barcellos *et al.* (2011) também realizaram uma pesquisa quanto ao grau de aderência ao CPC 04, em seus achados encontram que no ano de 2009 apenas 22,28% das empresas estavam em conformidade e que no ano de 2010 o percentual chegou a 31,78%. O item mais representativo estudado foi o teste de perda de valor, devido à obrigatoriedade a partir de exercícios findos em 31 de dezembro de 2008. Concluíram que nenhuma empresa atingiu 100% a aderência à norma. Mas, entre os anos investigados, houve um acréscimo de 43,06% de divulgação e no ano de 2010, as empresas começaram a divulgar itens importantes nas suas Notas Explicativas.

Diferentemente de Barcellos *et al.* (2011) no que tange a aderência às novas normas contábeis, Marques, Santos, Gouveia (2011), verificaram que as demonstrações contábeis analisadas atenderam, em sua maioria, às normas de divulgação vigentes. Considerando-se, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a faculdade de se optar por reapresentar cifras comparativas ajustadas, entende-se que todas as companhias citadas poderiam ter optado pela adoção de tais práticas, proporcionando uma maior qualidade à informação contábil, principalmente no que tange à comparabilidade.

Ao pesquisar junto às companhias de capital aberto listadas no Nível 1 e 2 de governança corporativa da BM&FBOVESPA informações quanto a evidenciação contábil de ativos intangíveis em notas explicativas, Jacques, Rasia, Ott, (2012), demonstraram que as companhias pesquisadas atendem em sua maioria o que orienta a norma IAS 38.

Silva *et al.* (2012) analisaram as alterações ocorridas na divulgação do grupo dos ativos intangíveis e sua análise permitiu identificar os tipos de ativos intangíveis mais divulgados, além de verificar que as alterações mais significativas ocorreram no exercício findo em 2008, denotando uma predisposição positiva da gestão dessas empresas em se adaptar à nova realidade.

Ao analisar a evidenciação dos ativos intangíveis segundo o Índice Brasil de Inovação (IBI), Santos *et al.* (2012), verificaram que todas as empresas analisadas divulgaram informações sobre ativos intangíveis em suas demonstrações contábeis, sendo as notas explicativas o canal mais utilizado para a divulgação, guardando sintonia com os preceitos do CPC 04; e, também, que a partir do seu primeiro ano de adoção, melhorou a divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas, indicando a eficácia da introdução do mecanismo regulatório.

O grau de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis evidenciados por meio de um índice elaborado com base no CPC 04, por Moura, Varela (2014), revelou um índice médio de conformidade de 75%, além de uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, em média, equivaliam a 17% do ativo total e 34% dos ativos fixos. Os índices demonstraram-se superiores nos setores de utilidade pública, construção/transporte e tecnologia da informação, que são aqueles com maiores proporções de intangíveis.

Lopes *et al.* (2014) verificaram o nível de aderência ao CPC 04 (R1) das empresas de capital aberto da BM&FBOVESPA no período de 2008 a 2011 do setor de bens industriais e concluíram que, em média, apenas 6,71% das empresas não divulgaram informações sobre seus Ativos Intangíveis, também que, nos quatro anos de análise, o índice de conformidade das informações divulgadas obteve uma média de 61,94%. Por fim a pesquisa apontou que o nível de aderência das companhias analisadas ao CPC 04 (R1) foi aumentando com o passar dos anos.

Pesquisando sobre a evidenciação dos ativos intangíveis e do imobilizado simultaneamente, Lima *et al.* (2015) observaram que na população pesquisada

nenhuma das empresas divulgou, para o ano de 2013, as informações referentes aos ativos intangíveis e imobilizados de forma completa, indicando que o disposto pelos Pronunciamentos Técnicos 04 e 27 não é cumprido integralmente.

Nos estudos anteriores do **Quadro 5** estão relacionados estudos realizados sobre os ativos intangíveis analisados a partir de diversas variáveis contábeis ou financeiras, tais como: tamanho, setor de atuação, anos de constituição, rentabilidade, vida útil, amortização, dentre outras.

Kayo (2002)	Objetivo: Mostrar evidências de que as empresas intangível-intensivas apresentam menor nível de endividamento e maior nível de risco.
	Amostra: A amostra foi composta por 366 empresas de capital aberto, com ações negociadas na BOVESPA e Soma (Sociedade Operadora do Mercado de Ativos), e por 507 empresas com ações negociadas nas Bolsas NYSE (<i>New York Stock Exchange</i>) e Nasdaq (<i>National Association Securities Dealers Automated Quotation</i>).
	Variáveis: Endividamento e nível de risco.
	Resultado: Os resultados dessa análise sugerem que diferentes ativos intangíveis influenciam o valor da empresa, dependendo da fase do ciclo de vida em que se encontra um produto.
Puntillo (2009)	Objetivo: Investigar empiricamente a relação entre a eficiência, criação de valor e valor de mercado das empresas e o desempenho financeiro.
	Amostra: Os dados foram extraídos de 21 bancos listados na Bolsa de Milão, Itália.
	Variáveis: Capital intelectual, desempenho financeiro, criação de valor.
	Resultado: Os resultados não mostram qualquer forte associação entre as variáveis estudadas, exceto para a relação entre um componente do VAIC, a CEE e as diferentes medidas de desempenho da empresa.
Cunha, Souza, Santana, Magalhães, Pelegrini, Malaquias (2010)	Objetivo: Apresentar as principais divergências nas formas de contabilização dos ativos intangíveis no âmbito das normas brasileiras de contabilidade comparadas com as alterações introduzidas pelas normas internacionais, por meio do pronunciamento IAS n.º 38 em relação ao tratamento contábil dos ativos intangíveis.
	Amostra: Composta por 40 empresas, escolhidas aleatoriamente, listadas na BOVESPA.
	Variáveis: Tamanho, Status, anos.
	Resultado: Os resultados encontrados indicam que as normas brasileiras estão em conformidade com as normas internacionais no que se refere aos ativos intangíveis, porém algumas empresas ainda não estão seguindo os requisitos para o tratamento dos intangíveis exigidos nas normas brasileiras.
Moura, Dallabona, Fank, Varella (2011)	Objetivo: Verificar se entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&FBOVESPA, aquelas com maior conformidade quanto ao disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.
	Amostra: A amostra compreendeu as maiores empresas de cada setor econômico que apresentaram ativos intangíveis em seus balanços patrimoniais, totalizando 49 empresas.
	Variáveis: Valor do intangível, amortização, vida útil, conciliação do valor contábil.
	Resultado: Os resultados indicaram uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, de maneira geral, equivalem a 30% do total de ativos fixos. Em relação ao índice de conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) encontrou-se um índice médio de 61% e quanto à

	<p>adoção de boas práticas de governança corporativa captadas de acordo com o índice elaborado por Silveira, Barros e Famá (2004), obteve-se um índice médio de 70%, ambos bastante distantes de 100%. Os dados também demonstraram que entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&FBOVESPA, aquelas com maior conformidade quanto ao disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.</p>
Meneses, Ponte, Mapurunga (2011)	<p>Objetivo: Investigar a associação entre a divulgação de informações acerca dos ativos intangíveis e as características econômicas das companhias listadas na BM&FBOVESPA; e verificar se existe uma maior observância das orientações de divulgação previstas no CPC 04 (R1) pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.</p>
	<p>Amostra: Foram analisadas 165 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA.</p>
	<p>Variáveis: Tamanho, lucro, rentabilidade e endividamento das empresas.</p>
	<p>Resultado: Constatou-se que os ativos intangíveis, o valor contábil e o valor amortizado, bem como os métodos e as vidas úteis são os elementos mais frequentemente divulgados pelas companhias. Verificou-se indicativo de associação positiva entre o atributo lucro e o disclosure de ativos intangíveis, mas o estudo não foi conclusivo. Constatou-se que nas empresas listadas no Novo Mercado não foi maior a observância das práticas de divulgação, quando comparadas com as companhias dos outros dois níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA.</p>
Sahut, Boulerne, Teulon (2011)	<p>Objetivo: Estudar o conteúdo de informação dos ativos intangíveis segundo a IAS / IFRS, quando comparado com GAAP local para as empresas europeias cotadas.</p>
	<p>Amostra: 1855 empresas europeias listadas em um período de seis anos, de 2002 a 2004 no GAAP local e no período de 2005-2007 listadas no IAS / IFRS.</p>
	<p>Variáveis: Valor de mercado e valor contábil das empresas.</p>
	<p>Resultado: Os resultados sugerem que o valor contábil dos outros ativos intangíveis das empresas europeias listadas é maior de acordo com as IFRS e o GAAP local e tem valor mais informativo para explicar o preço da ação e o retorno no mercado de ações aos investidores europeus, no entanto, considera a informação financeira transmitida por goodwill capitalizado ser menos relevante em IFRS do que com GAAP local. Assim, os ativos intangíveis identificados capitalizados nos balanços das empresas europeias fornecem informações mais relevantes para os acionistas do que ativos intangíveis não identificados que foram transferidos para o ágio, com exceção de investidores italianos e finlandeses.</p>
Janoseviæ, Dzenopoljac (2012)	<p>Objetivo: O artigo explora o impacto do capital intelectual medido usando o Valor Acrescentado Coeficiente intelectual (VAIC), no desempenho financeiro, bem como ao desempenho das exportações de 300 empresas de alto desempenho sérvio em termos de exportação.</p>
	<p>Amostra: 300 empresas sérvias exportadoras</p>
	<p>Variáveis: Volume de exportação, volume de exportação por funcionário, ROI, ROE, lucratividade, produtividade dos funcionários.</p>
	<p>Resultado: O estudo confirmou que o retorno sobre os ativos está sob impacto significativo do componente capital humano, bem como segmento de capital estrutural da VAIC. O capital humano também influencia a produtividade dos funcionários. Além disso, o capital estrutural determina significativamente os valores de retorno sobre os ativos e da rentabilidade, enquanto o capital empregado eficiência afeta retorno sobre o patrimônio e rentabilidade. Isso leva à conclusão geral de que o impacto do capital intelectual no desempenho financeiro dos sérvios 300 principais exportadores é extremamente fraco e vago no momento presente. Parcialmente, a esta conclusão pode ser atribuído às limitações da metodologia VAIC em si, mas o principal problema reside na economia de subestimar a importância da exploração adequada de nível existente de capital intelectual, assim como negligenciar a necessidade de investir nela no futuro.</p>

Rech, Schnorrenberger, Lunkes (2012)	<p>Objetivo: Verificar o comportamento dos ativos intangíveis nos balanços das empresas, antes e após o advento da Lei 11.638/07 e regulamentações posteriores. A amostra é composta por 40 companhias de diferentes setores.</p> <p>Amostra: entidades que compunham o índice da BM&FBOVESPA no exercício social de 2010.</p> <p>Variáveis: Origem, representatividade.</p> <p>Resultado: Os resultados demonstram que: (i) todas as companhias da amostra manifestaram conhecer a Lei 11.638/07 e metade delas, o CPC 04; (ii) os ativos intangíveis resultaram de reclassificações de subgrupos do Ativo e não de contas de resultado; (iii) os intangíveis apresentaram uma evolução no período estudado, com uma média de 7 pontos percentuais em relação ao total do Balanço Patrimonial; (iv) as maiores mudanças ocorreram no período de 2007 a 2008, e 2010 foi o ano em que houve mais registros; e (v) o setor que mais evidenciou ativos intangíveis no período estudado foi o de Tecnologia da Informação, e o que apresentou o maior crescimento foi o de Utilidade Pública. Portanto, conclui-se que a média de evidenciação desses ativos no período é relativamente baixa, porém é perceptível e considerável o aumento de registros nos anos da promulgação da Lei 11.638/07 e do CPC 04, os quais influenciaram significativamente na evidenciação dos mesmos.</p>
Salman, Mansor, Babatunde, Mahamad (2012)	<p>Objetivo: O estudo examina o impacto das componentes do capital intelectual no retorno sobre ativos (ROA) em empresas de manufatura nigerianas.</p> <p>Amostra: A amostra de foi composta por 20 relatórios anuais nigerianos das empresas de fabricação de três períodos (2009- 2011). O estudo fez uso de amostragem aleatória sistemática de todas as empresas que fabricam listadas no arquivo nigeriano Bolsa de Valores de Ilorin.</p> <p>Variáveis: Value Added Intellectual Coefficient (VAICTM), Eficiência de Capital Humano (HCE), Eficiência Capital Estrutural (SCE) e Capital Eficiência Empregado (CEE).</p> <p>Resultado: Os resultados mostram que existe relação entre o capital intelectual, componentes de eficiência e desempenho da empresa. Além disso, Além disso, o capital humano influencia o desempenho de produtividade (ROA), das empresas da amostra mais do que o capital estrutural e físico. Portanto, recomenda-se que empresas incluídas na amostra devem embarcar em política de melhoria na habilidade de seus funcionários, tais como treinamento e desenvolvimento e pacotes de assistência social que, finalmente, irão melhorar o desempenho global das empresas.</p>
Freire, Machado, Machado, Souza, Oliveira (2012)	<p>Objetivo: O estudo visa identificar se as empresas, diante de uma situação de alteração da legislação e normatização vigentes, porém com a possibilidade de adotar práticas alternativas, adotariam estas novas práticas, em detrimento das antigas, promovendo uma contabilidade de fato e de direito plenamente idênticas, no tocante aos critérios de depreciação.</p> <p>Amostra: Para a mostra foram selecionadas 38 empresas do Setor de Bens Industriais, conforme classificação da BM&F BOVESPA,</p> <p>Variáveis: Taxas de depreciação.</p> <p>Resultado: Os resultados indicaram que um percentual elevado de empresas adotaram as novas práticas. No entanto, ainda foram identificadas empresas que utilizam as taxas fiscais para apuração da depreciação de ativos imobilizados.</p>
Filho, Lagioia, Filho, Araújo, Lemos (2014)	<p>Objetivo: Verificar se após a adoção das normas internacionais de contabilidade houve variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBOVESPA, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes.</p> <p>Amostra: Composta por 10 setores representados em 213 empresas listadas na BM&FBOVESPA, em um período de 6 anos, compreendidos entre 2005 e 2007 (antes da adoção das IAS/IFRS) e 2009 e 2010 (após a adoção das IAS/IFRS).</p> <p>Variáveis: Intangíveis identificáveis, <i>goodwill</i>, intangíveis totais, segmento de atuação.</p> <p>Resultado: Indicam que há um maior reconhecimento dos ativos intangíveis</p>

	<p>identificáveis em todos os setores estudados após a adoção das IAS/IFRS, com destaque para o setor de construção e transporte, que teve um aumento de reconhecimento de 44,75%; com relação ao <i>goodwill</i>, apenas o setor de bens industriais apresenta um aumento de reconhecimento estatisticamente significativo; quanto aos ativos intangíveis totais, 7 dos 10 setores estudados apresentam aumento de reconhecimento.</p>
Moura, Varella, Beuren (2014)	<p>Objetivo: Verificar se empresas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com o disclosure obrigatório de tais ativos.</p> <p>Amostra: Amostra de 260 empresas de seis setores econômicos da BM&FBOVESPA, com maiores e menores representatividades de ativos intangíveis no ano de 2009.</p> <p>Variáveis: Representatividade dos intangíveis no ativo total, índice de governança corporativa, conformidade com o CPC 04.</p> <p>Resultado: Os resultados revelaram representatividade dos intangíveis, que de maneira geral equivalem a 17% do ativo total, mas algumas empresas, principalmente aquelas de setores com maiores proporções, possuem índices mais expressivos. Na qualidade das práticas de governança encontrou-se um índice médio de 55% e no nível de evidenciação de informações sobre intangíveis, um índice médio de 75%. A correlação de Pearson mostrou-se positiva e significativa estatisticamente, corroborando o descrito no objetivo do estudo. Assim, conclui-se que entre empresas de diferentes setores da BM&FBOVESPA, aquelas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com o disclosure obrigatório de tais ativos.</p>
Santos (2015)	<p>Objetivo: Demonstrar um perfil, mesmo que abrangente, de todos os ativos de natureza intangível divulgados nos relatórios contábeis das maiores companhias de capital aberto brasileiras.</p> <p>Amostra: O grupo investigado nesta pesquisa abarcou todas as 100 maiores empresas brasileiras de capital aberto apontadas pela Revista Exame Melhores e Maiores, edição de 2013.</p> <p>Variáveis: Representatividade do investimento intangível, qualificação da informação, percepção do mercado e relacionamento com desempenho econômico.</p> <p>Resultado: Com as inferências obtidas, permitiu-se suportar as seguintes evidências de pesquisa: (i) Os recursos intangíveis consomem representativa participação no patrimônio das empresas, com elevada discrepância dos níveis de investimento e divulgação; (ii) Específicos tipos de ativos intangíveis têm evidenciação sobressaída nas empresas e, ao mesmo tempo, absorvem elevados montantes de investimento (marcas e logos, ágios/goodwill, carteiras de clientes, fornecedores e distribuição, fidelização/exclusividade, contratos de concessões) demonstrando uma relevância informacional e patrimonial do grupo; (iii) O valor de mercado apresenta-se, em média, cerca de quatro vezes do valor contábil, o que poderia sinalizar reflexos do agrupamento intangível da percepção do investidor; (iv) Estabeleceu-se, além de uma distinta média de desempenho em relação a maiores graus de intangibilidade, uma associação entre este e aquele construto, sinalizando-se talvez a reversão dos retornos decorrente do aporte informacional intangível, ou o impacto do retorno positivo nas expectativas do mercado.</p>
Brizolla, Turra (2015)	<p>Objetivo: Identificar a influência do Capital Intelectual, medido pelo Valor agregado do Capital Intelectual (VACI) sobre o desempenho financeiro em companhias de capital aberto.</p> <p>Amostra: 166 companhias listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2013.</p> <p>Variáveis: Capital Intelectual: HCE (eficiência do capital humano), SCE (eficiência do capital estrutural) e CEE (eficiência do capital empregado), e variáveis de desempenho financeiro: MLL (margem de lucro líquido), as receitas operacionais, o lucro operacional, ROE e ROA.</p> <p>Resultado: Os resultados da pesquisa demonstram que o capital intelectual influencia significativamente o desempenho financeiro, em companhias de capital aberto.</p>

Oro, Klann (2015)	Objetivo: Verificar a conformidade do <i>disclosure</i> obrigatório dos ativos intangíveis indicados no CPC 04 (R1) (2010) nas empresas pertencentes aos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA referente ao ano de 2011.
	Amostra: Empresas que integram os três níveis de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) da BM&FBOVESPA, no ano de 2012.
	Variáveis: Vida Útil, Amortização e Reavaliação/Teste de <i>Impairment</i> .
	Resultado: Os resultados indicam que na análise dos dados pela metodologia de <i>maximum difference scaling</i> , que identifica os melhores e piores (<i>Best-Worst</i>), nesse caso, os itens da dimensão da vida útil e amortização apresentam melhores níveis de <i>disclosure</i> com base no Índice de Importância Atribuído em relação à dimensão do teste de <i>impairment</i> . Contudo, não existem diferenças significativas nos três níveis de governança corporativa,
Cintra (2016)	Objetivo: Realizar uma análise quantitativa da relação entre os valores totais dos ativos intangíveis e valor do ativo total divulgados nas demonstrações contábeis das empresas industriais de capital privado que compõem o Índice com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)
	Amostra: 31 empresas industriais e de capital aberto que compõem o Índice com Governança Corporativa Diferenciada (IGC).
	Variáveis: Representatividade dos intangíveis no ativo total, índice de governança corporativa, conformidade com o CPC 04.
	Resultado: O estudo demonstrou a observância aos pronunciamentos contábeis quanto a serem contabilizados exclusivamente ativos intangíveis que atendam aos requisitos de identificação, controle e mensuração. Demonstrou ainda que a divulgação dos ativos intangíveis, é maior nas empresas classificadas no Novo Mercado do que nas classificadas nos Níveis 1 e 2.

Quadro 5: Estudos Anteriores: Análise a partir variáveis diversas

Fonte: Dados da pesquisa

Em sua pesquisa Kayo (2002), mostrou que diferentes ativos intangíveis influenciam o valor da empresa, dependendo da fase do ciclo de vida em que se encontra um produto. Puntillho (2009) investigou a relação entre a eficiência, criação de valor e valor de mercado das empresas e o desempenho financeiro, e concluiu que um componente do Valor adicionado Coeficiente Intelectual - Capital de eficiência empregada – apresenta relação com as medidas de desempenho da empresa.

Os resultados encontrados por Cunha *et al.* (2010), em sua pesquisa apontam que as normas brasileiras estão em conformidade com as normas internacionais no que se refere aos ativos intangíveis, porém algumas empresas ainda não estão seguindo os requisitos para o tratamento dos intangíveis exigidos nas normas brasileiras.

Moura *et al.* (2011) em relação ao índice de conformidade com o CPC 04, encontraram um índice médio de 61% e quanto à adoção de boas práticas de governança corporativa obtiveram um índice médio de 70%, ambos bastante distantes de 100%, além disso, demonstraram que entre as maiores empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, aquelas com maior conformidade com o

CPC 04 (R1) e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.

Meneses, Ponte, Mapurunga (2011), constataram em seus estudos que os ativos intangíveis, o valor contábil e o valor amortizado, bem como os métodos e as vidas úteis são os elementos mais frequentemente divulgados pelas companhias. Verificaram também um indicativo de associação positiva entre o atributo lucro e o *disclosure* de ativos intangíveis, entretanto o estudo não foi conclusivo. Adicionalmente constatou-se que nas empresas listadas no Novo Mercado não foi maior a observância das práticas de divulgação, quando comparadas com as companhias dos outros dois níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

No âmbito internacional Sahut, Boulerne, Teulon (2011) estudaram o conteúdo de informação dos ativos intangíveis segundo a *IAS/IFRS*, quando comparado com *GAAP* local para as empresas europeias cotadas e concluíram que o valor contábil dos outros ativos intangíveis das empresas europeias listadas é maior de acordo com as *IFRS* enquanto que o *GAAP* local e tem valor mais informativo para explicar o preço da ação e do mercado de ações.

Janoseviæ, Dzenopoljac (2012), ao explorar o impacto do capital intelectual na Sérvia, confirmaram em seu estudo que o retorno sobre os ativos está sob impacto significativo do componente capital humano, constataram também que o capital estrutural determina significativamente os valores de retorno sobre os ativos e da rentabilidade, enquanto o capital empregado eficiência afeta retorno sobre o patrimônio e rentabilidade. Isso leva à conclusão geral de que o impacto do capital intelectual no desempenho financeiro dos sérvios 300 principais exportadores é extremamente fraco e vago no momento presente.

Ao verificar o comportamento dos ativos intangíveis nos balanços das empresas antes e após a promulgação da Lei 11.637/07, Rech, Schnorrenberger, Lunkes (2012) demonstraram que todas as companhias da amostra manifestaram conhecimento da Lei 11.638/07 e metade delas, o CPC 04; além disso, mostraram que os ativos intangíveis resultaram de reclassificações de subgrupos do Ativo e não de contas de resultado; bem como evidenciaram que os intangíveis apresentaram uma evolução no período estudado, com uma média de 7 pontos percentuais em relação ao total do Balanço Patrimonial e que as maiores mudanças ocorreram no período de 2007 a 2008, e 2010 foi o ano em que houve mais registros; acrescentando-se que o setor que mais evidenciou ativos intangíveis no período

estudado foi o de Tecnologia da Informação, e o que apresentou o maior crescimento foi o de Utilidade Pública.

Nos estudos de Salman, Mansor, Babatunde, Mahamad (2012) demonstrou-se que existe relação entre o capital intelectual, componentes de eficiência e desempenho da empresa. Além disso, o capital humano influencia o desempenho de produtividade (ROA), das empresas mais do que o capital estrutural e físico.

Visando identificar se as empresas, diante de uma situação de alteração da legislação e normatização vigentes, porém com a possibilidade de adotar práticas alternativas, as adotariam em detrimento das antigas, Freire *et al.* (2012) indicaram que houve um percentual elevado de empresas que adotaram as novas práticas.

Ao investigar se após a adoção das normas internacionais de contabilidade houve variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBOVESPA, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes, Filho *et al.* (2014) indicaram que há um maior reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis em todos os setores estudados após a adoção das IAS/IFRS, com destaque para o setor de construção e transporte, que teve um aumento de reconhecimento de 44,75%.

Moura, Varella, Beuren (2014) constataram que entre empresas de diferentes setores da BM&FBOVESPA, aquelas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentaram maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos.

Santos (2015) demonstrou que os recursos intangíveis consomem representativa participação no patrimônio das empresas, com elevada discrepância dos níveis de investimento e divulgação; que específicos tipos de ativos intangíveis têm evidência sobressaída nas empresas e, ao mesmo tempo, absorvem elevados montantes de investimento (marcas e logos, ágios/goodwill, carteiras de clientes, fornecedores e distribuição, fidelização/exclusividade, contratos de concessões) demonstrando uma relevância informacional e patrimonial do grupo.

Brizolla, Turra (2015) demonstraram em sua pesquisa que o capital intelectual influencia significativamente o desempenho financeiro, em companhias de capital aberto.

Ao verificar a conformidade com a evidência obrigatória dos ativos intangíveis, Oro, Klann (2015), corroboraram que os itens vida útil e amortização,

apresentam melhores níveis de evidenciação com base no Índice de Importância Atribuído em relação à dimensão do teste de impairment. Não obstante, concluíram que não existem diferenças significativas nos três níveis de governança corporativa estudados.

No estudo de Cintra (2016) demonstrou-se a observância aos pronunciamentos contábeis quanto a serem contabilizados exclusivamente ativos intangíveis que atendam aos requisitos de identificação, controle e mensuração, além de ratificar que a divulgação dos ativos intangíveis, é maior nas empresas classificadas no Novo Mercado do que nas classificadas nos Níveis 1 e 2.

O **Quadro 6** de estudos anteriores traz algumas pesquisas empíricas e bibliográficas referente aos ativos intangíveis.

Baker, Barbu (2007)	<p>Objetivo: Rever e analisar a pesquisa IAH (Harmonização Contabilística Internacional) publicados nas principais revistas de contabilidade no idioma Inglês a partir do início dos anos 1960 até 2004, a fim de traçar a evolução deste fluxo de pesquisas.</p> <p>Amostra: Revistas de Contabilidade Acadêmicas.</p> <p>Variáveis: Fatores culturais, financeiros, políticos.</p> <p>Resultado: Podemos concluir que o período de normalização tem sido caracterizado por um aumento na importância da pesquisa IAH no âmbito da investigação de contabilidade geral, e que isso parece provável que continue no futuro. Se haverá completa uniformidade das práticas contábeis em uma base internacional é difícil avaliar neste momento. No entanto, dado os processos crescentes de globalização, é provável que o processo de harmonização internacional da contabilidade vai continuar e que acabará por resultar na normalização ou próximo a uniformidade das práticas contábeis em uma base mundial.</p>
Caldas, Carvalho (2011)	<p>Objetivo: Analisar a literatura que se propôs a medir a influência dos ativos intangíveis em variáveis de desempenho e produtividade das organizações, bem como avaliar, através de um estudo de caso, o impacto destes investimentos para a formação de valor de uma determinada empresa, líder de mercado e influente no mercado global.</p> <p>Amostra: Estudo de Caso da Vale</p> <p>Variáveis: Pesquisa bibliográfica.</p> <p>Resultado: Os resultados permitiram verificar uma boa representatividade dos ativos intangíveis que, em média, equivaliam a 17% do ativo total e 34% dos ativos fixos. Destacaram-se os softwares, ágio, contratos de concessão e marcas e patentes, sinalizando que, estes, eram os intangíveis mais recorrentes nas empresas brasileiras. Em relação à evidenciação, os resultados revelaram um índice médio de conformidade de 75%. Os índices demonstraram-se superiores nos setores de utilidade pública, construção e transporte e tecnologia da informação, que são aqueles com maiores proporções de intangíveis.</p>
Moura, Fank, Rausch (2014)	<p>Objetivo: Verificar quais itens compunham os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das companhias do setor de Telefonia Fixa que negociavam ações na BM&FBOVESPA.</p> <p>Amostra: Compreendida por 12 companhias abertas do setor de Telefonia Fixa que negociavam suas ações na BM&FBOVESPA no ano de 2010</p> <p>Variáveis: Por fim, foram coletados os valores correspondentes aos investimentos, imobilizados, diferidos e intangíveis de cada empresa para</p>

	<p>avaliar quais delas possuíam melhores combinações de ativos tangíveis relacionados com seus intangíveis.</p> <p>Resultado: Os resultados indicaram que as empresas sob análise apresentaram uma estrutura intangível interna composta por patentes, recursos de infraestrutura e sistemas de informação; e uma estrutura externa composta por marcas, carteira de clientes, contratos de concessão e ágil sobre investimentos. Pela análise da eficiência por meio do DEA observou-se evolução na combinação de investimentos, imobilizados, diferidos, relacionados com seus intangíveis no decorrer dos anos analisados.</p>
Sgoda, Freitag (2015)	<p>Objetivo: Verificar as percepções dos agentes (contador, agente da propriedade industrial, empresário e especialista em avaliação de marca) sobre o registro da marca.</p> <p>Amostra: A amostra foi composta por um grupo de sujeitos que possuem relação direta com o objetivo do estudo, formada de maneira intencional, as percepções dos sujeitos foram trabalhadas em duplas, sendo um considerado iniciante e outro categorizado como experiente, na função de perito em avaliação de marca,</p> <p>Variáveis: Análise empírica.</p> <p>Resultado: Todos os entrevistados concordaram plenamente ou parcialmente com a seguinte afirmação “o valor das marcas não são reportados nas demonstrações contábeis”, corroborando com as afirmações anteriores sobre o pouco e até mesmo nenhum conhecimento quanto à mensuração e divulgação das marcas. E, na visão dos informantes, a correta divulgação de uma marca impactaria na valorização patrimonial porque apesar das marcas consistirem em bens imateriais, essas possuem valor econômico que podem ser mensuradas e, por conseguinte, quanto mais conhecida uma marca for ao mercado, maior será seu valor patrimonial. Uma situação prática ocorre quando a marca é utilizada como garantia em transações financeiras, pois pode ser negociada por terceiros, na forma de venda e/ou licenciamento.</p>

Quadro 6: Estudos Anteriores: Análise a partir pesquisas empíricas e bibliográficas

Fonte: Dados da pesquisa

Internacionalmente, Baker, Barbu (2007), analisaram a harmonização das normas contábeis internacionais publicadas nas principais revistas de contabilidade no idioma Inglês a partir do início dos anos 1960 até 2004, concluindo que dado os processos crescentes de globalização, é provável que o processo de harmonização internacional da contabilidade acabará por resultar na normalização ou próximo à uniformidade das práticas contábeis em uma base mundial.

Caldas, Carvalhal (2011), analisaram a literatura que se propôs a medir a influência dos ativos intangíveis em variáveis de desempenho e produtividade das organizações avaliando através de um estudo de caso, o impacto destes investimentos para a formação de valor de uma determinada empresa, líder de mercado e influente no mercado global, evidenciaram que a representatividade dos ativos intangíveis varia em média 17% do ativo total e 34% dos ativos fixos. Destacaram os softwares, ágio, contratos de concessão e marcas e patentes, sinalizando que estes eram os intangíveis mais recorrentes nas empresas

brasileiras. Em relação à evidenciação, os resultados revelaram um índice médio de conformidade de 75%.

Ao analisar quais itens compunham os ativos intangíveis evidenciados no balanço patrimonial das companhias do setor de Telefonia Fixa que negociavam ações na BM&FBOVESPA, Moura, Fank, Rausch (2014), indicaram que as empresas sob análise apresentaram uma estrutura intangível interna composta por patentes, recursos de infraestrutura e sistemas de informação; e uma estrutura externa composta por marcas, carteira de clientes, contratos de concessão e ágio sobre investimentos.

Sgoda, Freitag (2015) investigaram as percepções dos agentes (contador, agente da propriedade industrial, empresário e especialista em avaliação de marca) sobre o registro da marca, donde que, concordaram plenamente ou parcialmente com a seguinte afirmação “o valor das marcas não são reportados nas demonstrações contábeis”, corroborando com as afirmações anteriores sobre o pouco e até mesmo nenhum conhecimento quanto à mensuração e divulgação das marcas. E que, na visão dos agentes, a correta divulgação de uma marca impactaria na valorização patrimonial, pois quanto mais conhecida uma marca for ao mercado, maior será seu valor patrimonial.

Dentre os artigos citados, para fundamentar o presente estudo um destes artigos foi tomado como base, sendo ele o estudo realizado por Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), que pesquisaram a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

O índice de evidenciação criado pelos autores revelou para Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012) que nenhuma das empresas cumpriu integralmente o que está determinado no CPC 04 (R1) no que tange aos termos de evidenciação compulsória. Constatou-se também, que há uma relação entre os índices de evidenciação e o tamanho das empresas. Quando as variáveis analisadas eram: o setor de atuação e os anos de constituição das empresas, o índice não mostrou correlação que provasse que as mesmas tenham alguma tendência a apresentar maiores índices de evidenciação (AVELINO, PINHEIRO, LAMOUNIER, 2012).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo são abordados: (i) enquadramento metodológico; (ii) procedimentos para realização da revisão de literatura; e, (iii) procedimentos para coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois busca compreender e descrever a prática adotada pelas empresas listadas na amostra no que se refere a registro e evidenciação dos ativos intangíveis em seus balanços e notas explicativas (BEUREN, 2010).

No que tange à coleta de dados, a mesma utilizou-se de dados secundários, visto que os mesmos foram obtidos através de análises de documentos divulgados na BM&FBOVESPA, tais como balanço patrimonial consolidado, notas explicativas e informações obtidas nos websites das empresas da amostra.

Quanto ao instrumento de pesquisa esta é documental, dado que conforme Beuren (2010, p. 140) a análise documental é compreendida por operações “que visam estudar um ou vários documentos no intuito de descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Nesta pesquisa serão analisadas publicações relacionadas aos Als, notas explicativas, demonstrações contábeis e relatórios financeiros das empresas.

A presente pesquisa utilizou duas abordagens do problema: qualitativa e quantitativa. A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois classifica e analisa as informações sobre ativos intangíveis evidenciados nos relatórios financeiros, notas explicativas das 36 empresas analisadas, verificando se estão em conformidade ao que o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) determina.

O trabalho também está caracterizado como quantitativo por usar instrumentos estatísticos na coleta e análise dos dados, preocupando-se com o comportamento geral dos acontecimentos (BEUREN, 2010). Por aplicar testes estatísticos como: média, desvio padrão, testes de frequência, teste não

paramétrico e regressão linear, visando deste modo prever a mensuração das variáveis preestabelecidas: setor de atuação, tamanho da empresa, representatividade de seu AI e anos de existência, relacionando-as com a influência destas sobre o índice de evidenciação através de análises e correlações estatísticas (CHIZZOTTI, 2005).

3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DE LITERATURA

Com o intuito de criar um portfólio para a revisão de literatura foi efetivada uma busca em várias bases de dados de artigos acadêmicos da internet, que permitem pesquisar em jornais de universidades, trabalhos acadêmicos e artigos publicados em várias revistas/congressos, por exemplo: *Spell*, *Scielo*, *Google Acadêmico*, *Roca* (Repositório de Outras Coleções Abertas).

Ao acessar cada base de dados fez-se uma busca pelas palavras-chave nos títulos: Ativos Intangíveis, Capital Intelectual, Evidenciação de Ativos Intangíveis, Qualidade da Informação Contábil, Lei 11.638/07, CPC 04. Foram selecionados artigos encontrados em periódicos e eventos compreendidos entre os anos 2002 até 2016.

Dentre os resultados obtidos com a busca destas palavras chaves, utilizou-se como critério para refinar os resultados, a leitura dos títulos, dos resumos, e uma leitura dinâmica dos artigos. Além destes métodos de busca *on line*, foram utilizadas publicações de outra natureza, livros, pronunciamentos técnicos, leis que de forma direta ou indireta tratassem do referido assunto¹.

No artigo relacionado de Rech, Schnorrenberger, Lunkes (2012), os autores evidenciam o crescente interesse sobre o tema ao citar que houve pelo menos 119 publicações sobre o assunto.

Sendo que até o ano de 2011, ano que Rech, Schnorrenberger, Lunkes (2012) realizaram sua pesquisa, percebeu-se que a autora Maria Thereza Antunes foi quem mais publicou em periódicos, contando com um total de 6 artigos, sendo seguida pelas autoras Vera Maria Rodrigues Ponte e Sandra Rolim Ensslin.

¹ Vide Apêndice A.

Foi tomado como base para a realização do presente estudo, o artigo publicado por Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), que pesquisaram a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no IBOVESPA, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Uma das fontes mais utilizadas em trabalhos acadêmicos é a pesquisa documental a qual, segundo Lakatos, Marconi (2002, p. 62), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não”, e corroborando com Lakatos, Marconi (2002), Beuren (2010, p. 140), coloca que a análise documental é compreendida por “operações que objetivam o estudo de um ou vários documentos na intenção de verificar as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

3.3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para esta pesquisa o universo de busca das informações é o segmento Novo Mercado, este grupo é composto pelas companhias que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores BM&FBOVESPA. Sendo este, de acordo com a classificação da própria BM&FBOVESPA, o mais elevado padrão de governança corporativa, pois adota *voluntariamente* práticas de governança adicionais àquelas que são impostas pela legislação brasileira, visando atender as normas internacionais de contabilidade.

Assim sendo, foram selecionadas 38 empresas dentro de uma subdivisão de setores deste segmento, sendo que como critério de escolha foram tomadas aquelas que no exercício social de 2015 obtiveram a maior receita líquida, das quais foram escolhidas apenas cinco empresas de cada setor.

A seleção criteriosa destas empresas ocorreu com o pressuposto de que, devido ao seu alto nível de governança, as mesmas, têm maior visibilidade e representatividade em suas operações no cenário mundial e brasileiro atual, por consequência disto seriam alvos de ampla evidenciação nos relatórios contábeis, servindo também como espelho para outras empresas que almejam alcançar o mesmo nível corporativo.

Já a escolha da receita líquida como critério de seleção das empresas, deu-se pelo pressuposto de que as empresas que vendem mais são mais propensas a ter uma formação de patrimônio maior, pois com o devido zelo e controle dos custos as empresas tendem a ter um lucro maior, o que levaria ao aumento do patrimônio líquido e por consequência o aumento de ativos e passivos das mesmas.

Para chegar a esta amostra tem-se que a população deste estudo foi composta, inicialmente, por 497 empresas listadas na BM&FBOVESPA. Dentre estas, optou-se por excluir da população as empresas que atuam no setor financeiro, devido a atenderem uma legislação específica, restando então 363 empresas.

Para a análise, a coleta dos dados foi realizada com empresas que estão classificadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA. De forma que, a população ficou reduzida ao total de 117 empresas pertencentes a este setor. Dentre estas, foi utilizado para compor as empresas analisadas, o critério de seleção de 5 empresas que obtiveram no ano de 2015 a maior receita líquida, em ordem decrescente, como demonstrado no **Quadro 7**:

SETORES	Nº DE EMPRESAS POR SETOR	Nº DE EMPRESAS POR SETOR PERTENCENTES AO NOVO MERCADO.
Bens Industriais	35	11
Construção e Transporte	79	32
Consumo Cíclico	72	25
Consumo Não-Cíclico	46	24
Materiais Básicos	36	7
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	7	4
Tecnologia da Informação	10	4
Telecomunicações	7	1
Utilidade Pública	71	9
SUBTOTAL	363	117
Financeiro - Excluído	134	
EMPRESAS NA BOVESPA	497	117

Quadro 7: População da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa

Assim, após a devida avaliação do critério de seleção aplicado à população de 117 empresas, a amostra do estudo ficou composta por 36 empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que estão situadas dentro de cada um dos setores listados anteriormente, que obrigatoriamente pertencem ao setor Novo Mercado, sendo estas demonstradas no **Quadro 8**.

Setores	Empresas Selecionadas	Receita Auferida Em 2015
1 - Bens Industriais	Embraer S.A.	R\$ 20.301.771,00
	Weg S.A.	R\$ 9.760.323,00
	Iochpe Maxion S.A.	R\$ 6.846.456,00
	Tupy S.A.	R\$ 3.426.996,00
	Mahle-Metal Leve S.A.	R\$ 2.433.093,00
2 - Construção e Transporte	Ccr S.A.	R\$ 8.478.865,00
	Jsl S.A..	R\$ 5.989.912,00
	Mrv Engenharia e Participações S.A.	R\$ 4.763.038,00
	Cyrela Brazil Realty S.A.	R\$ 4.341.184,00
	Cosan Logística S.A.	R\$ 4.037.923,00
3 – Consumo Cíclico	B2W - Companhia Digital	R\$ 9.013.779,00
	Magazine Luiza S.A.	R\$ 8.978.259,00
	Lojas Renner S.A.	R\$ 6.145.198,00
	Kroton Educacional S.A.	R\$ 5.265.058,00
	Localiza Rent a Car S.A.	R\$ 3.928.095,00
4 – Consumo Não Cíclico	Jbs S.A.	R\$ 162.914.526,00
	Brf S.A.	R\$ 32.196.601,00
	Marfrig Global Foods S.A.	R\$ 18.891.833,00
	Minerva S.A.	R\$ 9.524.797,00
	Raia Drogasil S.A.	R\$ 9.013.779,00
5 – Materiais Básicos	Fibria Celulose S.A.	R\$ 10.080.667,00
	Fertilizantes Heringer S.A.	R\$ 6.308.405,00
	Paranapanema S.A.	R\$ 5.374.268,00
	Duratex S.A.	R\$ 3.963.214,00
	Magnesita Refratários S.A.	R\$ 3.380.772,00
6 - Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Qgep Participações S.A.	R\$ 496.192,00
	Osx Brasil S.A.	R\$ 414.197,00
	PetroRio S.A.	R\$ 253.071,00
7 - Tecnologia da Informação /Telecomunicações	Totvs S.A.	R\$ 1.908.737,00
	Positivo Informática S.A.	R\$ 1.843.191,00
	Ideiasnet S.A.	R\$ 720.000,00
	Linx S.A.	R\$ 449.183,00
	Tim Participações S.A.	R\$ 17.138.851,00
8 - Utilidade Pública	Cpfl Energia S.A.	R\$ 20.205.869,00
	Cia Saneamento Básico Est. São Paulo	R\$ 11.711.569,00
	Light S.A.	R\$ 10.647.304,00
	Edp - Energias do Brasil S.A.	R\$ 10.107.957,00
	Equatorial Energia S.A.	R\$ 7.134.673,00

Quadro 8: Amostra da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Ao coletar as informações sobre a receita líquida de cada uma das empresas, no setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis verificou-se que a empresa ÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A., não apresentou receita no ano de 2015, por esta razão no Quadro 8 estão mencionadas somente três empresas no referido setor.

3.3.2 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Beuren (2010, p. 134), traz que um *checklist* está enquadrado como um “instrumento de pesquisa exequível para a coleta de dados, sendo este uma forma de verificar se a população pesquisada dispõe de elementos necessários para aplicação de uma determinada proposta teórica”.

Para a coleta de dados foi utilizado um *checklist* de perguntas - **Quadro 9** - que visam obter dados que mostrem informações quanto à natureza, a evidenciação, mensuração, a contabilização e a evidenciação dos ativos intangíveis, com base nos dispositivos do CPC 04.

Na sequência é apresentado no **Quadro 9** o *checklist* que foi utilizado para coleta de dados. Este foi adaptado do estudo de Moura *et al.* (2011).

I – Valor do Intangível/Amortização
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes
02 - Valor de custo do intangível no final do período
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período
04 - Valor líquido do intangível no final do período
05 - Valor de custo do intangível no início do período
06 - Eventual amortização acumulada no início do período
07 - Valor líquido do intangível no início do período
08 - Amortização reconhecida no período
II – Vida útil
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
III – Conciliação do valor contábil
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas
16 - Informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável

Quadro 9: Checklist adaptado de Moura *et al.* (2011)

Fonte: Dados da pesquisa

Para uma correta identificação dos ativos intangíveis Moura *et al.* (2011) criaram um quadro com um *checklist* dos principais itens colocados pelo CPC 04 (R1) que evidenciam a divulgação e a mensuração dos ativos intangíveis, segregando-o em três blocos para a análise a saber:

- BLOCO I - Valor do Intangível/Amortização-----VIA;
- BLOCO II – Vida útil -----VU;
- BLOCO III – Conciliação do valor contábil-----CVC.

Buscando deste modo, observar se as informações foram apresentadas conforme as determinações do referido pronunciamento técnico, a análise das notas explicativas foi realizada por meio da sua leitura e busca por palavras-chave associadas aos itens do checklist citadas no **Quadro 10**.

I – Valor do Intangível/Amortização	Palavras Chave - Item I
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	Ativos Intangíveis; Classes; Intangíveis.
02 - Valor de custo do intangível no final do período	Custo; período.
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	Amortização; Acumulada.
04 - Valor líquido do intangível no final do período	Valor Líquido.
05 - Valor de custo do intangível no início do período	Custo; período.
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	Amortização; Acumulada.
07 - Valor líquido do intangível no início do período	Valor Líquido.
08 - Amortização reconhecida no período	Amortização; Acumulada.
II – Vida útil	Palavras Chave - Item II
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	Vida Útil; Definida; Indefinida.
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	Vida Útil; Definição; Definida; Indefinida.
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	Vida Útil; Taxa; Prazo; Amortização.
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	Método; Amortização; Vida Útil; Linear.
III – Conciliação do valor contábil	Palavras Chave - Item III
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	Amortização; Acumulada.
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	Adições; Baixas; Transferências.
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	Mantido; Venda; Baixa.
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	Impairment; Provisão; Perda.

Quadro 10: Listagem de palavras chave por Bloco

Fonte: Dados da pesquisa

A coleta de dados é secundária, pois, tem como base os relatórios emitidos e divulgados pelas companhias junto à bolsa de valores BM&FBOVESPA. A análise documental envolveu o levantamento de dados junto às demonstrações contábeis e notas explicativas divulgadas no ano de 2016, tomando como base o exercício social de 2015.

Para cálculo do índice, foi utilizado o *checklist* apresentado no Quadro 9, elaborado a partir do CPC 04. Assim, a exemplo de Moura *et al.* (2011), para cada resposta obtida seriam atribuídas duas notas variando entre 0 e 1, sendo:

- **0** = para aquelas que não estavam em conformidade com as determinações do CPC 04,
- **1** = para as informações que foram apresentadas conforme as determinações.

Ao final da coleta dos dados, as empresas que tiveram questões que receberam pontuação 2 (considerada não aplicável), foram removidas do índice, uma vez que, caso não fossem, o resultado final poderia sofrer distorções. Desta maneira, a pontuação compreende somente a soma das questões que receberam pontuação 0 e 1.

3.3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez que o que permeia este estudo é a análise documental foram analisados documentos de divulgação obrigatória das empresas pertencentes ao grupo Novo Mercado, inseridas na Bolsa de Valores – BOVESPA, tais como: demonstrações contábeis e notas explicativas.

A tabulação dos dados foi realizada por meio de planilha do Excel, permitindo assim organizar as informações, levando em conta a análise pretendida, ou seja, averiguar através de um checklist de perguntas a serem respondidas, buscando as respostas nas demonstrações e notas explicativas divulgadas.

Para a realização desta pesquisa ficaram definidas as seguintes variáveis independentes: tamanho, setor de atuação, tempo de constituição da empresa e

representatividade frente o ativo total e como variável dependente o índice de evidenciação em relação à conformidade com as especificações do CPC 04.

- *IEAI – Índice de evidenciação dos ativos intangíveis conforme determinação do CPC 04;*
- *TC = Tempo de Constituição da empresa;*
- *LnAtivoTotal = Representação do tamanho da empresa;*
- *RFAT = Representatividade Frente o Ativo Total;*
- *Setor = Setor de atuação da empresa.*

Essas variáveis foram utilizadas na pesquisa de Macagnan (2009), quando o referido autor buscava explicar a extensão da evidenciação de informação de recursos intangíveis. Também por Magalhães, Pinheiro, Lamounier (2011), que pesquisaram a relação entre o índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas no Ibovespa, com o tamanho, setor de atuação e a quantidade de anos de constituição das empresas.

As técnicas estatísticas utilizadas para atender aos três primeiros objetivos elencados (- Verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização; - Averiguar de que maneira as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil; - Apurar como as informações no que tange a conciliação do valor contábil estão sendo evidenciadas nas empresas); foram o cálculo da média, testes de frequência, desvio padrão e para a análise de diferença de médias entre médias de até dois agrupamentos, aplicou-se o teste não paramétrico *Mann-Whitney*.

O teste de *Mann-Whitney* que foi realizado é indicado para comparação entre dois grupos independentes com o objetivo de verificar se eles pertencem ou não a mesma população, com um nível de significância de 5% procura-se verificar se há evidências para acreditar que os valores de um setor de atuação são superiores aos valores de outro setor analisado. (VERA CARMO, 2016).

Já para satisfazer o quarto objetivo e averiguar a associação entre a variável dependente e as variáveis independentes (que são características das empresas analisadas) no que tange a evidenciação dos ativos intangíveis conforme o CPC 04 (R1) (2010) fez-se uma análise de regressão linear múltipla.

Foram testadas na pesquisa quatro hipóteses:

- H₁: O tempo de constituição da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- H₂: O tamanho da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- H₃: A representatividade do intangível frente o ativo total da entidade influencia na evidenciação dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.
- H₄: O setor de atuação da entidade influencia na evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis da empresa conforme o CPC 04.

À vista disso, o índice abrange a soma das questões que receberam pontuação 0 e 1, sendo a pontuação total possível do conjunto de informações (16 quesitos), consistindo em uma amostra final para a pesquisa composta por 36 empresas.

Moura *et al.* (2011, p. 8), em sua pesquisa corrobora quanto ao uso de um índice para medir a qualidade das práticas de governança corporativa, pois pode-se fazer coleta dos dados por meio de fontes públicas de informação, não existindo assim necessidade de questionários que acabam por resultar numa baixa taxa de respondentes, além do mais, “são transparentes, de fácil replicação, uma vez que não requerem julgamentos subjetivos e são de fácil interpretação”.

Para a realização da análise foi excluída da amostra a empresa FERTILIZANTES HERINGER, que apesar de apresentar em seu Balanço Patrimonial Consolidado o valor de Ativo Intangível R\$ 7.416.000,00 não trouxe em suas notas explicativas o detalhamento deste ativo.

Também foi excluída da amostra a empresa OSX BRASIL, que em suas notas explicativas mencionou que enfrentou um agravamento da sua situação financeira e desde o ano de 2013, tendo em vista a situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar seus compromissos assumidos, solicitou ao Conselho de administração que aprovou o pedido de recuperação judicial da empresa, para que assim pudesse assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores.

Outra informação relevante é que o setor de Telecomunicações foi agrupado ao setor de Tecnologia da Informação, devido ao fato que possui apenas uma única empresa pertencente ao segmento Novo Mercado (TIM S.A.), que é o segmento que está sendo analisado nesta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

No que se refere a verificação de conformidade com o CPC 04 (R1), das informações evidenciadas sobre ativos intangíveis, observa-se na análise descritiva evidenciada na **Tabela 1**, que dos dezesseis itens pesquisados nas notas explicativas das empresas, o mínimo de itens evidenciados foi de 12 e o máximo de 16 itens, obtendo deste modo uma média de evidenciação do total de 15,17 dos 16 itens analisados, que representa 94,81% do total, significando que as empresas buscaram adaptar-se as normas internacionais de contabilidade.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de Evidenciação de Ativos Intangíveis	36	12	16	15,17	1,108
N válido (de lista)	36				

Fonte: Dados da pesquisa

A **Tabela 2**, traz uma relação nominal de todas as empresas, revelando que das 36 empresas analisadas 19 delas evidenciaram todos os índices investigados, ou seja, obtendo 100% de evidenciação.

Tabela 2: Percentual de Evidenciação I

	Empresa	Percentual
1	WEG	100%
2	CCR S.A.	100%
3	JSL S.A.	100%
4	COSAN	100%
5	B2W	100%
6	M LUIZA	100%
7	RENNER	100%
8	LOCALIZA	100%
9	KROTON	100%
10	BRF	100%
11	RAIA	100%
12	FIBRIA	100%
13	PARANAPANEMA	100%
14	MAGNESITA	100%
15	POSITIVO	100%
16	LINX	100%
17	CPFL	100%
18	SABESP	100%
19	LIGHT	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Enquanto que a **Tabela 3** apresenta nominalmente as outras 17 empresas que não alcançaram os 100% de evidenciação, ou seja, em suas demonstrações deixaram de ser evidenciadas algumas informações relativas aos ativos intangíveis pesquisados nos 16 índices do *checklist* de pesquisa.

Tabela 3: Percentual de Evidenciação II

	Empresa	Percentual
1	IOCHPE	94%
2	MRV	94%
3	CYRELA	94%
4	JBS	94%
5	MARFRIG	94%
6	DURATEX	94%
7	IDEIASNET	94%
8	EDP	94%
9	EQUATORIAL	94%
10	EMBRAER	88%
11	MAHLE	88%
12	TOTVS	88%
13	TIM	88%
14	MINERVA	81%
15	QGEP	81%
16	PETRO RIO	81%
17	TUPY	75%

Fonte: Dados da pesquisa

A **Tabela 4** aponta qual setor destacou-se por ter alcançado 100% de evidenciação em todos os itens analisados, sendo este o setor Consumo Cíclico, bem como traz que o setor a apresentar o menor percentual foi o de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com um percentual de 81,25% de evidenciação. Aponta que o setor de Utilidade Pública é aquele que mais possui ativos intangíveis frente o seu ativo total com 36% e o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis aquele que possui o menor percentual de intangíveis frente seu ativo total com 12%.

Tabela 4: Percentual de evidenciação por setor

Setor de atuação	Percentual	Percentual de AI frente o ativo total
CONSUMO CÍCLICO	100%	23%
MATERIAIS BÁSICOS	98%	14%
CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE	98%	19%
UTILIDADE PÚBLICA	98%	36%
CONSUMO NÃO CÍCLICO	94%	17%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TELECOMUNICAÇÕES	94%	28%
BENS INDUSTRIAIS	89%	15%
PETROLEO, GAS E BIOCOMBUSTÍVEIS	81%	12%

Fonte: Dados da pesquisa

Nos dados analisados das 36 empresas consideradas em relação a representatividade dos ativos intangíveis frente ao ativo total, nota-se que em sua conta de Ativos, quatro delas têm mais de 50% do seu valor representado na conta de Ativos Intangíveis, a saber SABESP com 84,59%, KROTON com 71,92%, LINX com 57,38% e CCR S.A. com 52,36% e aquelas que apresentam um percentual de ativos intangíveis frente o seu ativo total menor do que 1% são: PARANAPANEMA com 0,17%, CYRELA com 0,67% e MRV com 0,74%.

4.2 ANÁLISE EM RELAÇÃO AO VALOR DO INTANGÍVEL/AMORTIZAÇÃO

Esta seção tem o intuito de atender o primeiro objetivo desta pesquisa que é: “verificar como as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação ao valor do intangível e amortização”.

A Tabela 5 apresenta a evidenciação de cada item do *checklist*, mostrando quantas empresas divulgaram as informações referentes a cada um destes itens referentes ao Bloco I – Valor do Intangível e Amortização trazendo também o percentual de evidenciação de cada item pesquisado.

Tabela 5: Percentual de Evidenciação - Bloco I - Valor do Intangível/Amortização

I – Valor do Intangível/Amortização	N	Evidenciado	Percentual de Evidenciação	Média
01 - Informações sobre intangíveis separados em classes	36	36	100%	7,86
02 - Valor de custo do intangível no final do período	36	36	100%	
03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período	36	36	100%	
04 - Valor líquido do intangível no final do período	36	36	100%	
05 - Valor de custo do intangível no início do período	36	31	86%	
06 - Eventual amortização acumulada no início do período	36	36	100%	
07 - Valor líquido do intangível no início do período	36	36	100%	
08 - Amortização reconhecida no período	36	36	100%	

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que dos 8 itens pesquisados nas 36 empresas, o Bloco I - Valor do Intangível/Amortização - alcançou uma média de evidenciação de 7,86, esta média demonstra um percentual de evidenciação de 98,3% dos dados, além do que, quase em sua totalidade o bloco I obteve 100% de evidenciação em cada um de seus quesitos. Haja vista que somente o item 5 (valor de custo do intangível no início do período), diferenciou-se dos demais, pois ficou com apenas 86% de evidenciação destas informações apenas.

O Gráfico 1 mostra em quais setores ocorreram essas divergências de informações no Bloco I – Valor do Intangível/Amortização, ou seja, evidencia quais os setores que possuem essas empresas que deixaram de evidenciar o item 5, já que os outros quesitos foram atendidos em 100%. Os setores que atingiram 100% em todos os quesitos analisados foram omitidos na representação gráfica.

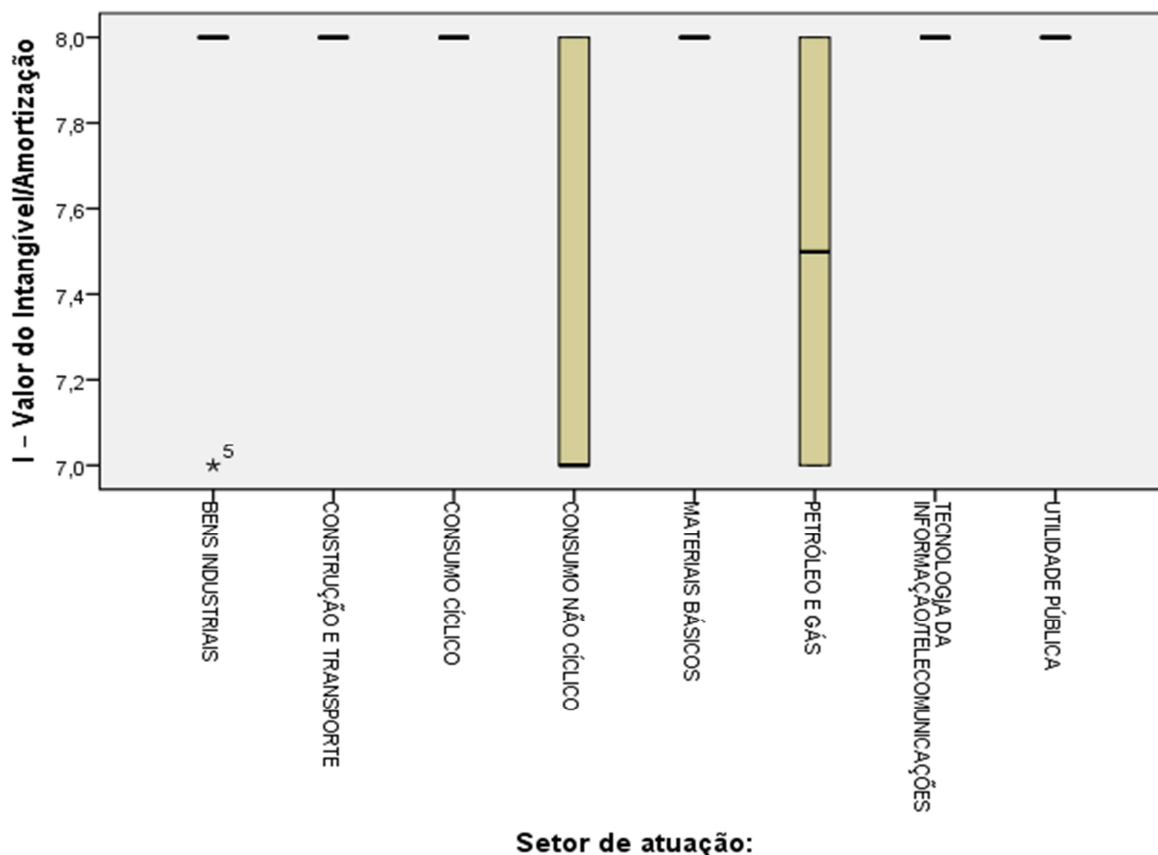


Gráfico 1: Evidenciação por setor de atuação - Grupo I
Fonte: Dados da pesquisa

No teste de frequência realizado, constatou-se o número de empresas por setor que deixou de evidenciar o que se pede no item 5, tal como está exposto na **Tabela 6**.

Tabela 6: Teste de frequência - Item 5

Item 05 - Valor de custo do intangível no início do período					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	5	13,9	13,9	13,9
	SIM	31	86,1	86,1	100
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se nesta análise que as cinco empresas que não evidenciaram o item 5 referente a informação do custo do intangível no início do período foram:

- Bens Industriais -----Mahle;
- Consumo não cíclico -----JBS, Marfrig, Minerva;
- Petróleo, Gás e Biocombustível -----PetroRio.

No setor de Bens Industriais identificou-se a empresa Mahle, que como observado no Gráfico 1, é considerada como sendo um “*outlier*”, ou seja, uma das empresas deste grupo destoou-se das demais por apresentar dados diferentes das outras empresas pertencentes ao seu setor de atuação.

O teste não paramétrico *Mann Whitney*, realizado com amostras independentes, revelou que os setores pesquisados são homogêneos, no que tange a divulgação das informações do Bloco I – Valor do Intangível/Amortização (VIA) e apresentou os seguintes valores exibidos na **Tabela 7**

Tabela 7: P-Valor VIA - Teste *Mann Whitney*

VIA	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8
Setor 1	1							
Setor 2	0,690	1						
Setor 3	0,690	1,000	1					
Setor 4	0,310	0,151	0,151	1				
Setor 5	0,730	1,000	1,000	0,190	1			
Setor 6	0,571	0,381	0,381	0,857	0,533	1		
Setor 7	0,690	1,000	1,000	0,151	1,000	0,381	1	
Setor 8	0,690	1,000	1,000	0,151	1,000	0,381	1,000	1

Fonte: Dados da pesquisa

Este teste não paramétrico foi realizado com um nível de significância de 5%, e por meio do mesmo observa-se que os valores encontrados comprovam esta semelhança entre os setores, visto que o menor *p-valor* encontrado foi o valor de 0,151, ou seja, este valor tem uma significância de 15,1%, que é bem maior do que a relevância pré-determinada para a análise.

Assim os resultados encontrados demonstram que estatisticamente entre todos os setores há uma homogeneidade de evidenciação das informações referentes ao valor da vida útil/amortização dos ativos intangíveis.

Ao observar a Tabela 7, juntamente com o Gráfico 1, nota-se claramente que os menores valores encontrados na tabela representam os setores que repercutiram

divergências relevantes evidenciadas no gráfico, que são os setores de Consumo não Cíclico, Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

4.3 ANÁLISE EM RELAÇÃO À VIDA ÚTIL

Nesta seção tem-se o intuito de responder o segundo objetivo da pesquisa que é: “averiguar de que maneira as empresas estão evidenciando os ativos intangíveis em relação à vida útil”.

No que tange ao Bloco II – Vida Útil - percebeu-se que nenhum dos itens pesquisados obteve 100% de evidenciação, mostrando que possivelmente este quesito ainda é dúbio na interpretação para sua divulgação. Este bloco apresentou uma média de evidenciação de 3,47, dentre os 4 itens pesquisados junto as informações prestadas nas notas explicativas das 36 respectivas empresas analisadas da amostra, o que gera um percentual de divulgação para o bloco II de 86,7%.

Tabela 8: Percentual de Evidenciação - Bloco II - Vida Útil

II – Vida útil	N	Evidenciado	Percentual de Evidenciação	Média
09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida	36	31	86%	3,47
10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida	36	26	72%	
11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas	36	34	94%	
12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida	36	34	94%	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o **Gráfico 2**, analisando por setor de atuação, temos que apenas que os setores de Construção e Transporte e Consumo Cíclico foram os que atenderam a 100% dos itens pesquisados dentro do Grupo II, por esta razão não estão destacados no gráfico.

A representação gráfica juntamente com os dados encontrados levam a crer que os outros 8 setores pesquisados, com a exceção dos setores de Construção e Transporte e Consumo Cíclico, têm tido problemas ao evidenciar este grupo de informações relacionadas com a vida útil dos ativos intangíveis.

Dentro do Bloco II, observa-se também um *outlier*, que é a empresa Minerva, no setor de Consumo não Cíclico, esta empresa difere-se das demais, pois, apenas no item 12, têm dados divergentes dos apresentados pelo seu setor de atuação.

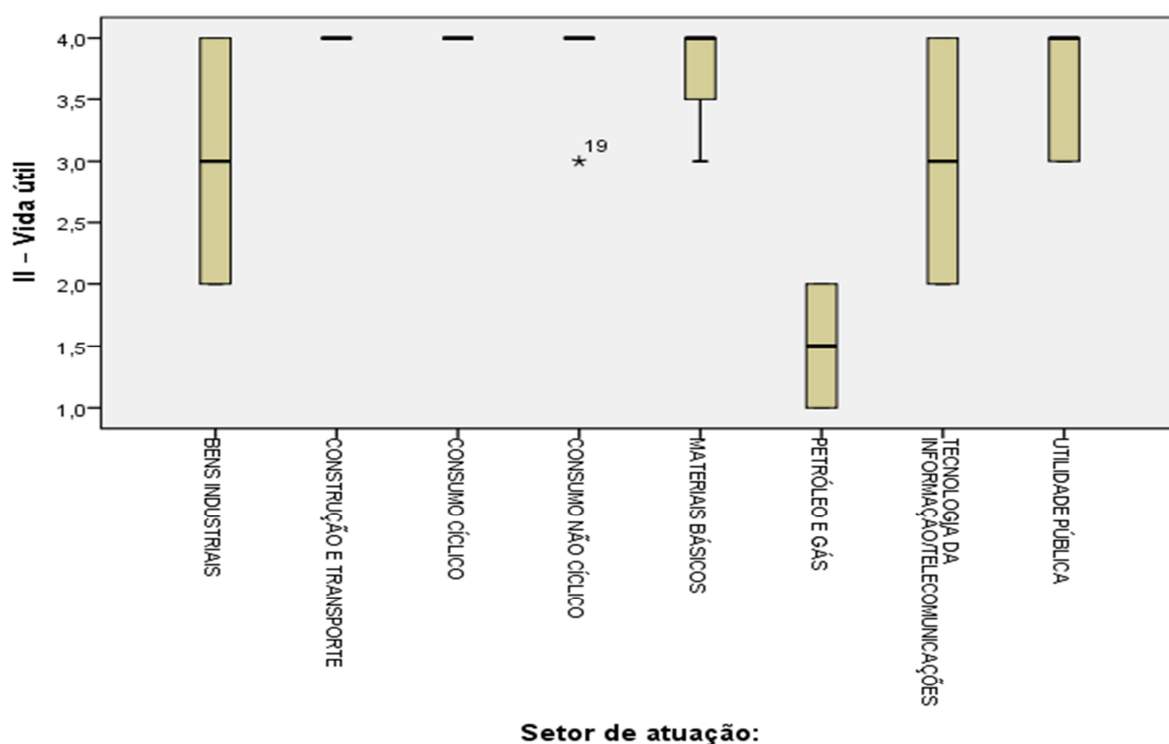


Gráfico 2: Evidenciação por setor de atuação - Grupo II
 Fonte: Dados da pesquisa

Ao realizar o teste de frequência para identificar quantas empresas deixaram de evidenciar tais informações por item pesquisado, apurou-se que: no item 09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida foram exatamente cinco empresas como descrito na Tabela 9.

Tabela 9: Teste de frequência - Item 9

09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	5	13,9	13,9	13,9
	SIM	31	86,1	86,1	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, tem-se a relação de quais são estas empresas, identificadas pelo seu setor de atuação:

- Bens Industriais -----Tupy;
- Petróleo, Gás e Biocombustíveis -----Qgep, Petrório,
- Tecnologia da Informação e Telecomunicações -----Totvs, Tim.

Enquanto que, no item 10 apurou-se que o número de empresas que não evidenciaram os motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes, que levaram à definição de vida útil como definida ou indefinida, foram 10 empresas.

Tabela 10: Teste de frequência - Item 10

10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	10	27,8	27,8	27,8
	SIM	26	72,2	72,2	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir são relacionadas essas 10 empresas conforme seu setor de atuação:

- Bens Industriais -----Embraer, Tupy, Mahle;
- Petróleo, Gás e Biocombustíveis -----Qgep, Petrório;
- Tecnologia da Informação e Telecomunicações -----Totvs, Ideiasnet, Tim;
- Utilidade Pública -----Edp, Equatorial.

Para o item 11 verificou-se que a quantidade de empresas que não evidenciaram informações sobre os prazos de vida útil ou taxas de amortizações utilizadas foi de 2 empresas.

Tabela 11: Teste de frequência - Item 11

11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	2	5,6	5,6	5,6
	SIM	34	94,4	94,4	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

As duas empresas encontradas na análise que não evidenciaram o item 11 descritas pelo seu setor de atuação, são:

- Bens Industriais -----Embraer;
- Materiais Básicos -----Duratex.

Já, no último item pesquisado do Bloco II, apurou-se que as informações sobre os métodos de amortização utilizados para os ativos intangíveis com vida útil definida deixaram de ser evidenciados por duas empresas.

Tabela 12: Teste de frequência - Item 12

12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	2	5,6	5,6	5,6
	SIM	34	94,4	94,4	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

Como observado nos testes de frequência, são duas as empresas que não evidenciaram as informações solicitadas no item 12, a seguir é apresentada a relação destas empresas por setor de atuação.

- Consumo não cíclico-----Minerva;
- Petróleo, Gás e Biocombustíveis -----Qgep;

Para o Bloco II – Vida Útil (VU) também foi realizado o teste *Mann Whitney* como exposto na **Tabela 13**:

Tabela 13: P-Valor VU - Teste *Mann Whitney*

VU	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8
Setor 1	1							
Setor 2	0,151	1						
Setor 3	0,151	1,000	1					
Setor 4	0,222	0,69	0,69	1				
Setor 5	0,286	0,556	0,556	0,905	1			
Setor 6	0,190	0,095	0,095	0,095	0,133	1		
Setor 7	1,000	0,151	0,151	0,222	0,286	0,190	1	
Setor 8	0,421	0,310	0,310	0,690	0,730	0,095	0,421	1

Fonte: Dados da pesquisa

Os valores encontrados demonstram que do mesmo modo que para o bloco I, há homogeneidade entre os setores analisados, mesmo que nesta análise o menor *p-valor* encontrado tenha sido menor que no primeiro caso, no caso *p-valor* = 0,095, significa que não há diferença estatística entre os grupos.

Assim, na comparação setor x setor, observa-se que todos eles têm uma similaridade quanto à divulgação das informações referentes à vida útil de seus ativos intangíveis igual ou maior que 9,5% que é bem maior do que os 5% aceitos nesta análise.

4.4 ANÁLISE EM RELAÇÃO À CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL

Na terceira seção desta pesquisa, o foco é responder ao terceiro objetivo deste trabalho que visa: “apurar como as informações no que tange a conciliação do valor contábil estão sendo evidenciadas nas empresas”.

Para o Bloco III – Conciliação do Valor Contábil - a média de evidenciação encontrada foi de 3,83, dos 4 itens pesquisados neste bloco, gerando um percentual de evidenciação para este bloco de 95,8%, sendo que os itens 13 e 16 alcançaram

100% de evidência em todos os setores de atuação conforme demonstrado na **Tabela 14**.

Tabela 14: Percentual de Evidência - Bloco III - Conciliação do Valor Contábil

III – Conciliação do valor contábil	N	Evidenciado	Percentual de Evidência	Média
13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída	36	36	100%	3,83
14 - Informações sobre adições, baixas e transferências	36	35	97%	
15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas	36	31	86%	
16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável	36	36	100%	

Fonte: Dados da pesquisa

Contudo, quanto aos itens 14 e 15, faltaram informações em suas notas explicativas, o que fica evidenciado no **Gráfico 3** que nos mostra que os setores Bens Industriais e Construção e Transporte foram os que deixaram de divulgar as informações destes itens. Os demais setores estão omitidos no gráfico, visto que evidenciaram em 100% os itens analisados.

Neste Bloco também há um outlier, a empresa Minerva do setor de Consumo não Cíclico, pois seus dados divergem daqueles apresentados pelo seu setor de atuação no que diz respeito ao item 15.

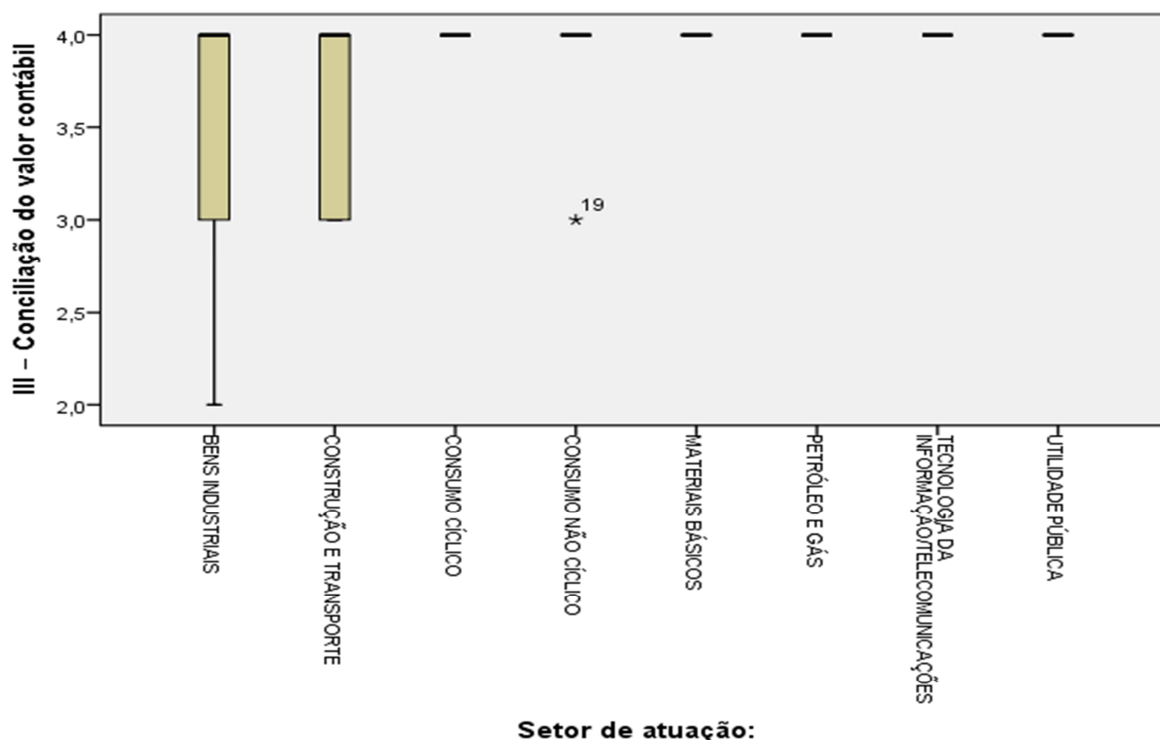


Gráfico 3: Evidenciação por setor de atuação - Grupo III
 Fonte: Dados da pesquisa

Foi realizado o teste de frequência para saber quantas foram as empresas que não divulgaram as informações conforme orientação do CPC 04 (R1), no que se refere ao item 14, conforme a **Tabela 15**.

Tabela 15: Teste de frequência - Item 14

14 - Informações sobre adições, baixas e transferências

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	1	2,8	2,8	2,8
	SIM	35	97,2	97,2	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

Foi reconhecido que neste item apenas uma empresa não atendeu o disposto no CPC 04, sendo a seguir identificada pelo seu setor de atuação, que é:

- Bens Industriais -----Tupy;

Para o item 15 averiguou-se nos testes de frequência, que foram cinco as empresas que não apresentaram as informações conforme o CPC 04, conforme a Tabela 16.

Tabela 16: Teste de frequência - Item 15

15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	5	13,9	13,9	13,9
	SIM	31	86,1	86,1	100,0
Total		36	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa

As cinco empresas que não divulgaram as informações em conformidade com o CPC 04 (R1) no que se refere ao item 5 foram:

- Bens Industriais -----Iochpe, Tupy;
- Construção e Transporte -----MRV, Cyrela;
- Consumo não cíclico -----Minerva;

Tal como nos blocos I e II, temos na **Tabela 17** os dados encontrados no Teste *Mann Whitney* para o Bloco III – Conciliação do Valor Contábil (CVC).

Tabela 17: P-Valor CVC - Teste Mann Whitney

CVC	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8
Setor 1	1							
Setor 2	0,841	1						
Setor 3	0,310	0,310	1					
Setor 4	0,548	0,690	0,690	1				
Setor 5	0,413	0,413	1,000	0,730	1			
Setor 6	0,571	0,571	1,000	0,857	1,000	1		
Setor 7	0,310	0,310	1,000	0,690	1,000	1,000	1	
Setor 8	0,310	0,310	1,000	0,690	1,000	1,000	1,000	1

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados apresentados tal e qual nos blocos I e II, apresentam homogeneidade em seus resultados, ou seja, estatisticamente não há diferenças no

que se refere à evidenciação dos dados concernentes a conciliação do valor contábil entre os setores analisados.

Como o menor p-valor encontrado foi o valor de 0,310, que constitui a significância de 31%, e sendo o nível de significância de 5%, o valor tolerado nesta pesquisa, pode-se notar que está acima do aceito nesta análise, logo se observa que os setores estão similares entre si.

4.5 ANÁLISE DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO

Esta seção visa atender o quarto objetivo desta pesquisa, que é: “identificar como os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas”.

Para tanto se realizaram alguns testes, a saber: regressão linear múltipla visando encontrar uma associação entre esses determinantes de evidenciação.

Ao ser realizada a regressão linear múltipla com um nível de significância de 5%, não foi encontrada nenhuma ligação que confirmasse a influência das variáveis testadas (*TC*; *LnAtivoTotal*; *RFAT*; *Setor*), com o índice de evidenciação criado, conforme a **Tabela 18** exemplifica, deste modo as hipóteses H_1 , H_2 , H_3 e H_4 foram rejeitadas.

Assim, chegou-se a conclusão de que as variáveis estudadas de fato não influenciam o índice de evidenciação, visto que o p-valor encontrado na análise é maior que 5%, que é o nível de significância aceito, isto para todas as variáveis analisadas, como se pode observar na Tabela 18.

Tabela 18: Regressão Linear

Coeficientes ^a							
Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF
(Constante)	10,85	3,741		2,901	0,007		
Valor do Intangível Evidenciado	-2,40E-8	0	-0,154	-0,510	0,613	0,33	3,03
Representatividade Frente o Ativo Total	1,214	1,303	0,218	0,932	0,358	0,546	1,83
Sector de atuação	0,03	0,086	0,066	0,355	0,725	0,863	1,159
LnAtivoTotal	0,251	0,229	0,272	1,096	0,282	0,486	2,058
Resultado do Teste ANOVA							
Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.		
Regressão	1,876	4	0,469	0,353	,840		

a. Variável Dependente: Índice de Evidenciação de Ativos Intangíveis

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se pela Tabela 18, que as empresas de modo geral têm evidenciado informações sobre os ativos intangíveis independentemente do tamanho do seu ativo total, do seu setor de atuação, bem como do valor de Ativos intangíveis declarados, ou da representatividade dos mesmos frente o seu ativo total, ou seja, estas variáveis analisadas referentes às características das empresas, não têm condicionado a evidenciação dos ativos intangíveis.

Uma vez que não se obteve uma resposta com as variáveis analisadas, que justificasse o índice de evidenciação, dando continuidade ao presente trabalho, buscou-se saber então, se entre os 16 itens de evidenciação analisados de todo o *checklist* até que ponto estes afetam o alcance do índice de evidenciação, ou seja, procurou-se saber se todas as empresas atendiam todos os itens, ou apenas parcialmente os 16 itens.

Criou-se então um novo modelo de regressão, onde se passou a usar variáveis *Dummy*. Uma variável *Dummy* representa estados ou níveis de fatores, ou seja, representa algo que não possui valores numéricos ou, caso possua, estes valores não têm realmente um significado numérico,

A variável *Dummy*, D pode ser descrita da seguinte maneira:

$$D = \begin{cases} 0, & \text{se a característica não estiver presente} \\ 1, & \text{se a característica estiver presente} \end{cases}$$

Neste trabalho a variável *Dummy*, assumiu as seguintes terminações apresentadas no **Quadro 11**, onde VIA = Valor do Intangível/Amortização; VU = Vida Útil; CVC = Conciliação do Valor Contábil.

Variáveis Dummy Independentes	
VIA1	01 - Informações sobre intangíveis separados em classes.
VIA2	02 - Valor de custo do intangível no final do período.
VIA3	03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período.
VIA4	04 - Valor líquido do intangível no final do período.
VIA5	05 - Valor de custo do intangível no início do período.
VIA6	06 - Eventual amortização acumulada no início do período.
VIA7	07 - Valor líquido do intangível no início do período.
VIA8	08 - Amortização reconhecida no período.
VU1	09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida.
VU2	10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida.
VU3	11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas.
VU4	12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida.
CVC1	13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída.
CVC2	14 - Informações sobre adições, baixas e transferências.
CVC3	15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas.
CVC4	16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável.

Quadro 11: Variáveis Dummy

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, ao realizar novamente o teste de regressão linear múltipla com os 16 itens pesquisados como sendo variáveis independentes, e o índice de evidenciação como a variável dependente desta equação, concluiu-se que: dos 16 itens analisados, todas as empresas independente do setor de atuação, atendem pelo menos 9 itens.

Em outras palavras, para o modelo apresentado por meio da regressão linear múltipla com variável dependente: Índice de Evidenciação de Ativos Intangíveis, as seguintes variáveis são constantes ou possuem correlações ausentes:

- VIA1 = 01 - Informações sobre intangíveis separados em classes;
- VIA2 = 02 - Valor de custo do intangível no final do período;

- VIA3 = 03 - Amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período;
- VIA4 – 04 - Valor líquido do intangível no final do período;
- VIA6 – 06 - Eventual amortização acumulada no início do período;
- VIA7 – 07 - Valor líquido do intangível no início do período;
- VIA8 – 08 - Amortização reconhecida no período;
- CVC1 – 13 - Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída,
- CVC4 – 16 - Informações sobre realizações de testes de impairment e constituição da provisão de perda, quando aplicável.

Para o Bloco I – Valor do Intangível/Amortização observa-se que em qualquer dos setores analisados dentro da amostra das 36 empresas desta pesquisa 7 dos 8 quesitos são atendidos, somente o quesito 5 fica com uma variável que não é constante na evidenciação.

O mesmo ocorre com os itens 13 e 16 do Bloco III – Conciliação do Valor Contábil, isto é, todas as empresas da amostra selecionada evidenciam estas informações, independentemente do setor que atua.

Portanto, os outros quesitos oscilam de acordo com cada setor de atuação, além do mais, nota-se que por conta das variáveis fixas descritas anteriormente, a referida equação se inicia com uma constante, acrescida das outras 5 variáveis que oscilam dependendo do setor analisado, deste modo, chegou-se que o nível de evidenciação dos ativos intangíveis é determinado pela equação descrita a seguir:

$$IEAI = 9 + VIA5 + VU1 + VU2 + VU3 + VU4 + CVC2 + CVC3 \quad (a)$$

A seguir temos a descrição do que cada uma dessas variáveis *Dummy* representa.

- VIA5 - 05 - Valor de custo do intangível no início do período.
- VU1 - 09 - Classificação da vida útil do intangível como definida ou indefinida.

- VU2 - 10 - Motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida.
- VU3 - 11 - Prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas.
- VU4 - 12 - Métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida.
- CVC2 - 14 - Informações sobre adições, baixas e transferências.
- CVC3 - 15 - Informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas.

Pode-se concluir então que é a equação (a) que descreve o índice procurado entre os 16 itens de evidenciação analisados do *checklist*. Donde se pode perceber que do Bloco I – Valor do Intangível/Amortização o item 5 tem oscilado sua divulgação, para o Bloco II – Vida Útil nota-se que todos os itens tem variado sua evidenciação, do Bloco III, as variáveis oscilantes são CVC2 e CVC3, sendo estas as variáveis que tem afetado diretamente o alcance do índice de evidenciação, revelando que de fato, as empresas tem atendido parcialmente os itens pesquisados em conformidade com o CPC 04 (R1).

4.6 RESULTADOS OBTIDOS

No que se refere ao primeiro objetivo específico verificou-se que o Bloco I – Valor do Intangível/Amortização – alcançou uma média de 7,86 dentre os 8 itens analisados, ou seja, obteve um percentual de evidenciação de 98,25%, expressando que neste grupo de informações as empresas tem alocado quase que em sua totalidade as informações em conformidade com o CPC 04 (R1).

Apenas o item 5 do bloco I não alcançou 100% de evidenciação das 36 empresas presentes nesta amostra, demonstrando que não evidenciaram as informações solicitadas conforme o CPC 04 (R1), todavia o teste não paramétrico *Mann Whitney* realizado corroborou que há uma homogeneidade de divulgação das informações referentes ao Bloco I – Valor do Intangível/Amortização.

Já na averiguação da evidenciação de informações do Bloco II – Vida Útil – constatou-se que a média de evidenciação foi de 3,47 dos 4 itens pertencentes a este grupo, ou seja, 86,75% das informações solicitadas estão sendo apresentadas em suas notas explicativas.

Neste Bloco de informações observou-se que possivelmente as empresas tiveram mais dificuldade de interpretação para a correta divulgação, apresentando em suas notas explicativas informações concisas, demonstrando que para os leitores estas mesmas informações não têm ficado claras.

No que tange às informações do item 10, que foi aquele que mais divergiu dos outros itens dentro do bloco II, o teste de frequência revelou que foram dez o número de empresas que deixaram de evidenciar as informações referentes aos motivos que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida, sendo este item aquele que possui o menor índice de evidenciação, com 72%.

Deste bloco de informações apenas 2 setores evidenciaram todas as informações solicitadas que foram os setores de Consumo Cíclico e Consumo não Cíclico, enquanto que em todos os outros setores houve divergência de informações. No entanto, o teste *Mann Whitney* revelou que também neste bloco há semelhança na divulgação das informações.

Já para o Bloco III – Conciliação do Valor Contábil a média de divulgação foi de 3,83 dos 4 itens analisados neste grupo, isto quer dizer que 95,8% das empresas informaram os dados solicitados no bloco III. Dos 4 itens analisados, os itens 13 e 16 alcançaram 100% de evidenciação, enquanto que os itens 14 e 15 deixaram a desejar na divulgação das informações referentes à Conciliação do Valor Contábil.

Assim como nos blocos I e II, foi realizado o teste *Mann Whitney* para o bloco III, tal e qual nos outros blocos o teste indicou não haver discrepância na divulgação de informações entre os setores, revelando que os setores estão homogêneos em relação à divulgação das informações referentes a Valor do Ativo Intangível, Vida Útil e Conciliação do Valor Contábil.

Para o quarto objetivo deste trabalho, buscou-se verificar o quanto os determinantes de evidenciação contábil: setor de atuação, tamanho da empresa, tempo de existência, representatividade do ativo intangível frente o ativo total, influenciavam na evidenciação dos ativos intangíveis das empresas. Os resultados revelaram que tais características das empresas já não tem mais afetado a

divulgação das informações dos ativos intangíveis, pois independente das suas características elas têm sido similares nas divulgações das informações.

Dando seguimento na pesquisa, buscou-se saber entre 16 itens pesquisados qual era o nível de evidenciação dos mesmos, mais uma vez a equação encontrada revelou que pelo menos 9 itens estão sendo evidenciados independentemente da característica da empresa todas estão evidenciando e que os outros 7 itens variam de acordo com cada setor, todavia, isto não diminui a importância da pesquisa, visto que mostra que as empresas ao longo do tempo adequaram-se às novas normas de divulgação.

Os resultados permitiram verificar uma relevante representatividade de ativos intangíveis destacados nos balanços das empresas da amostra, sendo que o setor de Utilidade Pública é aquele que possui maior representatividade de ativos intangíveis evidenciados, com 36% e o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis com menor representatividade, com 12% de intangíveis frente o seu ativo total.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA em conformidade com o disposto no CPC 04 (R1), por meio de um índice de evidenciação elaborado com base no CPC 04. Visando respostas a este objetivo, foi utilizado um *checklist* composto por 16 itens que foram coletados nas Notas Explicativas das 36 empresas pesquisadas no ano de 2015.

Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quali-quantitativa, com consulta ao Balanço Patrimonial, notas explicativas disponíveis no site da BM&FBOVESPA bem como nos websites das empresas selecionadas da amostra. A amostra compreendeu 36 empresas distribuídas entre os vários setores econômicos da BM&FBOVESPA no ano de 2015.

Em resposta ao objetivo geral: Identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, os resultados revelaram um índice médio de conformidade entre todas as empresas de 95%, sendo que o menor índice alcançado entre as empresas pesquisadas na amostra foi 75%, da empresa Tupy do setor de Bens Industriais.

Inclusive na presente pesquisa verificou-se que das 36 empresas analisadas 19 destas empresas apresentaram todas as informações em conformidade com o CPC 04, sendo que as demais 17 empresas ficaram com um percentual de evidenciação acima de 75%, revelando que de modo geral as mesmas adequaram-se as normas exigidas pelos órgãos reguladores.

Como limitação este estudo, menciona a escolha pelas 36 empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, lembrando que os resultados encontrados não podem ser generalizados para todas as empresas, ficando estes restritos àquelas que compuseram a amostra no período em que foram coletadas.

Entretanto, o tema é relevante e os resultados aqui obtidos podem servir como referência para futuros estudos que busquem também analisar a evidenciação tomando variáveis diversas às que foram utilizadas nesta pesquisa, bem como se recomenda analisar outros períodos de tempo a fim de identificar a evolução dos níveis de conformidade quanto à evidenciação dos ativos intangíveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria T. P.; SILVA, Luciana C. P.; SAIKI, Tatiana G. **Evidenciação dos Ativos Intangíveis (Capital Intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07**. In XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Fortaleza. Anais. Associação Brasileira de Custos: Fortaleza, 2009.

AURÉLIO, **Dicionário Online** <<https://dicionariodoaurelio.com/evidenciar>> Acesso em 14-06-2016.

AVELINO, Bruna C.; PINHEIRO, Laura E. T.; LAMOUNIER, Wagner M. **Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BAKER, Richard C. BARBU Elena M. **The Evolution of Research on International Accounting Harmonization: An Historical and Institutional Perspective**. Socio-Economic Review, v. 5, n. 4, p. 603-632, 2007.

BARCELLOS, Michelle *et al.* **Aderência ao CPC 04 (R1): existe relação ao Grau de Intangibilidade?**; II Congresso Nacional e Administração e Ciências Contábeis, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2011.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 3^o ed.

BM&FBOVESPA. **BM&FBOVESPA**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 10 de novembro 2015.

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos... DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REPÚBLICA DO BRASIL, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por ações. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REPÚBLICA DO BRASIL, Brasília, DF, 15 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BRIZOLLA, Maria M. B.; TURRA, Salete. **Efeitos do Capital Intelectual Sobre o Desempenho Financeiro em Companhias de Capital Aberto**. Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT, v. 6, n. 3, p. 577-594, 2015.

CALDAS, Marco A. F.; CARVALHAL, Raquel L.. **Intangíveis e o valor da empresa – O caso da Vale**. Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional, Ubatuba, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. 7^o ed.

CINTRA, Luiz Fernando. **Governança Corporativa e a Evidenciação dos Intangíveis**. RIT - Revista Inovação Tecnológica. V. 6. Nº 1. São Paulo. 2016.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). Pronunciamento Conceitual Básico. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**: Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 10 nov. 2015.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). Pronunciamento Técnico. **CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 10 nov. 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima. **Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países**. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan/abr. 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Contabilidade. **CVM**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/snc/normas.asp>. Acesso em 10 dez. 2015.

CUNHA, Alessandra G.; SOUZA, Andréia A.; SANTANA, Luiz F.; MAGALHÃES, Vanessa G.; PELEGRINI, Verônica S.; MALAQUIAS, Rodrigo F. **Evidenciação de Ativos Intangíveis: um Estudo com Empresas Brasileiras**; VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende. 2010.

FILHO, Lucivaldo L.; LAGIOIA, Umberlina C. T.; FILHO, Francisco A. C.; ARAÚJO, Juliana G.; LEMOS, Lívia V.. **Um estudo sobre o reflexo no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das normas internacionais de contabilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA**. Revista Contexto, v.14, n. 27, p. 55-69, maio/ago. Porto Alegre. 2014.

FREIRE, Mac Daves M.; MACHADO Michele R.; MACHADO, Lucio S.; SOUZA, Emerson S.; OLIVEIRA, Johnny J. **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15. p. 3-22. São Paulo. 2012.

GOMES, Elisabeth Alves. **Estudos sobre os níveis de disclosure adotados pelas empresas brasileiras e custo de capital**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

JACQUES, Flávia V. S., RASIA, Kátia A., OTT, Ernani. **A evidenciação do ativo intangível em notas explicativas por empresas de capital aberto integrantes da BOVESPA.** Revista Espacios. Espacios. Vol. 33 (3) 2012. Pág. 13. Fundação Empresas Polar, Caracas, 2012.

JANOSEVIĆ, Stevo; DZENOPOLJAC, Vladimir. **An investigation of intellectual capital influence on financial performance of top Serbian exporters.** Ekonomika preduzeća, v. 60, n. 7-8, p. 329-342, 2012.

KAYO, Eduardo. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas.** Tese (Doutorado em Administração)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina A.. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

LIMA, Mayke D. X.; PRAZERES, Rodrigo V.; ARAÚJO, João G. N.; ARAÚJO, Juliana G.; OLIVEIRA, Marina F. J. **Análise do Nível de Divulgação dos Ativos Intangíveis e Imobilizados das Companhias do Setor de Construção e Transporte da BM&FBOVESPA;** XII Congresso Iniciação Científica em Contabilidade – USP, São Paulo. 2015

LOPES, Leandro C.; ALVES, Natália M.; FILHO, Luívaldo L. S.; MONTEIRO, José A. M.; LAGIOIA, Umberlina C. T.; CORDEIRO, Paulo C. **Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04.** Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.15. n. 1. 2014

MACAGNAN, Clea Beatriz. **Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 50, p. 46-61, São Paulo. 2009.

MAGALHÃES, Renata. L. R.; PINHEIRO, Laura E. T.; LAMOUNIER, Wagner. M. **Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas – estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBovespa.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 6, Rio de Janeiro. 2011.

MARQUES, Jose A. V. C.; SANTOS, Ronaldo F.; GOUVEIA, Verônica A. L. **Análise da Evidenciação do Ativo Intangível nas Demonstrações Contábeis.** Pensar Contábil, v. 13, n. 52, São Paulo. 2011.

MENESES, Anelise F.; PONTE, Vera M. R.; MAPURUNGA, Patrícia V. R. **Determinantes do nível de disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras.** 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/215-2.pdf>>. Acesso em 10 nov. Vitória. 2015.

MOURA, Geovanne Dias de. DALLABONA, Lara Fabiana. FANK, Odir Luiz. VARELA, Patrícia Siqueira. **Boas Práticas de Governança Corporativa e**

Evidenciação Obrigatória dos Ativos Intangíveis. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/507.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S. **Análise da conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis em empresas listadas na BM&FBOVESPA.** *Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Unoesc.* v. 13, n. 2, p. 637-662, 2014.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S.; BEUREN, Ilse M. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa.** *Revista de Administração Mackenzie*, v. 15, n. 5, São Paulo. 2014.

MOURA, Geovanne D.; FANK, Odir L.; RAUSCH, Rita B.. **Evidenciação do Capital Intelectual Pelas Empresas do Setor de Telefonia Fixa Listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias E Futuros–BM&FBOVESPA.** *Revista de Administração da Unimep*, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2014.

ORO, Ieda M.; KLANN, Roberto C.. **Disclosure Obrigatório de Ativos Intangíveis das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.** *Pensar Contábil*, v. 17, n. 62, Rio de Janeiro. 2015.

PUNTILLO, Pina. **Intellectual capital and business performance. Evidence from Italian banking industry.** *Электронный журнал Корпоративные Финансы, Revista Eletrônica Corporate Finance.* Ed 4-12. 2009.

RECH, Jéssica O.; SCHNORRENBURGER, Darci; LUNKES, Rogério J. **A análise comportamental dos Ativos Intangíveis: Um estudo nas COMPANHIAS da BM&FBOVESPA.** *Revista Contabilidade e Controladoria. UFPR.* v. 4, n. 2. Curitiba. 2012

REZENDE, Yara. **Informação para negócios: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual.** *Ciência da Informação*, v. 31, n. 1, p. 75-83. Brasília. 2002.

RITTA, Cleyton O.; ENSSLIN, Sandra R.; RONCHI, Suelen H. **A Evidenciação Dos Ativos Intangíveis Nas Empresas Brasileiras: Empresas Que Apresentaram Informações Financeiras À Bolsa De Valores de São Paulo e Nova York Em 2006 e 2007.** *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 9, n. 1, p. 62, 2010.

SAHUT, Jean-Michel; BOULERNE, Sandrine; TEULON, Frédéric. **Do IFRS provide better information about intangibles in Europe?.** *Review of Accounting and Finance*, v. 10, Iss: 3, pp. 267 – 290. 2011.

SALMAN, Ramat. T.; MANSOR, Muzainah M.; BABATUNDE A. D.; MAHAMAD, Tayib. **Impact of Intellectual Capital on Return on Asset in Nigerian Manufacturing Companies.** *Interdisciplinary journal of research in business*, v. 2, p. 4, p.21- 30. 2012.

SANTOS, Ana Claudia. K. A. **A tutela jurídica do capital intelectual das sociedades empresaria** Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2009.

SANTOS, Amanda. V. F; XIMENES, Cíntia G.; GALLON, Alessandra V.; LUCA, Márcia M. M.. **Evidenciação de ativos intangíveis nas empresas industriais mais inovadoras segundo classificação do Índice Brasil de Inovação (IBI)**. Revista ADM. MADE, v. 16, n. 1, p. 1-23, Rio de Janeiro. 2012.

SANTOS, José G. C. **Evidências Dos Ativos Intangíveis No Contexto Brasileiro: Representatividade, Caracterização, Percepção De Mercado E Desempenho**. Revista de Contabilidade & Controladoria, v. 7, n. 3, p. 85, Curitiba. 2015.

SGODA, Charllinne; FREITAG, Viviane C. **Percepções sobre o Registro da Marca**. Revista ADMpg Gestão Estratégica. V 8. Nº 2. Ponta Grossa. 2015.

SILVA, Carla R.; HOBBO, Patrícia Y.; SCARELLI, Paula N.; KUDO, Sabrina H. **Divulgação dos Ativos Intangíveis Segundo as Novas Práticas Contábeis: Um Estudo Comparativo 2008/2009**. Jovens Pesquisadores-Mackenzie, v. 9, n. 2, 2012.

VERA CARMO. **Testes Não Paramétricos Mann-Whitney**
<http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Testes_de_Hipoteses/Testes_ao_parametricos_Mann-Whitney. Acesso em 2016

ZANINI, Francisco. A. M.; CALVO, Leandro. C. **Midiendo el capital intelectual de las empresas: propuesta de dos proxies**. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 3, n. 3, p. 297-310, 2006.

APÊNDICE A

Relação de Leis, Pronunciamentos Técnicos e Resoluções CVM mencionados no trabalho.

CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;

CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis;

LEI 6.404/76 – Lei sobre as Sociedades por ações;

LEI 11.638/07 – Alteração da Lei sobre as Sociedades por ações;

CVM 488/05 – Revogada pela Deliberação CVM 595/09

CVM 01/06

CVM nº 553/08